

**Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil
(CESC)**

**Em colaboração com o Movimento de Educação Para Todos
(MEPT)**

**‘AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO
NA ÓPTICA DOS BENEFICIÁRIOS’**

Maputo, Junho de 2011

EQUIPE TÉCNICA DA REALIZAÇÃO DO ESTUDO

Direcção da Pesquisa

Paula Monjane

Pesquisadores

Manuel Francisco Lobo

Aurélio Ginja

Amadeu Alberto Cossa

Facilitadores

Augusto Bartolomeu Sixpence

Cinthia Graciet Júlio Costa

Stiven Henriques Ferrão

Índice

Agradecimentos	4
Lista de Acrónimos:	5
Sumário Executivo.....	6
I. Introdução	11
1.1 O problema da pesquisa	13
1.2 Qualidade da Educação, conceito e dimensões	14
1.3 Os beneficiários do processo de Educação	16
1.4 Monitoria da qualidade de ensino	17
1.5 Justificação e relevância da pesquisa	17
1.6 Objectivos do trabalho	18
1.7 Metodologia	18
1.7.1 Processo e etapas	20
1.7.2 Limitações da pesquisa.....	20
1.7.3 Dimensões e Indicadores	21
II. Indicadores de qualidade da educação na óptica dos beneficiários	22
2.1 O Ambiente Sócio- Cultural Educativo	22
2.2 A prática Pedagógica na Escola	25
2.3 Avaliação da aprendizagem dos alunos	29
2.4 Gestão Escolar.....	33
2.5 A formação e as condições de trabalho dos profissionais da escola	36
2.6 Ambiente Físico da Escola.....	38
2.7 Acesso, Permanência e Sucesso	40
2.8 Escolas amigas da criança	43
III. O papel da Sociedade civil	45
3.1 Papel dos Líderes comunitários, na monitoria da qualidade de Educação.....	45
3.2 O papel das famílias na educação escolar	46
3.3 O papel dos Conselhos de Escola.....	47
IV. Em conclusão	49
V. Recomendações	54
VI. Referências	57
VII. Anexos.....	58

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado pelo Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC) em estreita colaboração com o Movimento de Educação Para Todos (MEPT), o Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC) e IBIS. Para que esta pesquisa fosse levada a bom termo contamos com a colaboração generosa de uma equipa de consultores e facilitadores assim como de professores, directores, alunos, pais, mães, encarregados de educação, líderes locais e comunitários que consagraram parte do seu tempo em prol desta actividade. A todos eles os nossos sinceros agradecimentos.

Muito obrigado a todos!

Lista de Acrónimos:

ADE	Apoio Directo às Escolas
CE	Conselho de Escola
CESC	Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil
CPC	Cartão de Pontuação Comunitária
CSC	Community Score Card
EAC	Escolas Amigas da Criança
EPC	Escola Primária Completa
EP2	Escola Primária Completa do Segundo Grau
INDE	Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação
MASC	Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil
MEPT	Movimento de Educação para Todos
OCS	Organização da Sociedade Civil
ONG	Organização Não Governamental
PEEC	Plano Estratégico da Educação e Cultura
SACMEQ	Southern and Eastern África Consortium for Monitoring Educational Quality
SNE	Sistema Nacional de Educação
SDEJT	Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia
ZIP	Zona de Influência Pedagógica

Sumário Executivo

O presente relatório de pesquisa pretende fornecer uma análise pormenorizada a respeito da percepção da sociedade civil no que concerne à qualidade de educação básica. Trata-se de uma pesquisa realizada nas províncias de Gaza, da Zambézia e de Cabo Delgado.

O problema da pesquisa centrou-se no questionamento em torno da percepção que os beneficiários têm sobre a qualidade da educação, cuja problemática tem vindo a ser afluada por vários sectores da sociedade moçambicana.

A metodologia adoptada para a realização desta pesquisa foi uma adaptação da ferramenta “Pontuação Comunitária”, um instrumento qualitativo de monitoria baseado na comunidade, que permite aos cidadãos expressarem as suas avaliações em relação a um serviço público prioritário. A Pontuação Comunitária é um instrumento que serve para estimular a sociedade civil a opinar sobre a qualidade dos serviços prestados assegurando uma interacção entre os provedores e os beneficiários. No contexto do estudo, foram realizadas um total de 192 entrevistas colectivas e individuais a estudantes da 7ª classe, Professores, membros dos conselhos de escola, directores de escola, encarregados de educação, jovens fora da escola em idade escolar, pais de jovens fora da escola, líderes locais, líderes religiosos, líderes comunitários e responsáveis do sector da educação.

Em primeiro lugar procurou-se definir o conceito da qualidade de ensino numa perspectiva geral e dos beneficiários. A perspectiva dos beneficiários foram desenvolvidos com a participação destes e assim foi possível identificar 7 dimensões nomeadamente o ambiente Sócio-Cultural Educativo, a Prática Pedagógica, a Avaliação, a Gestão Escolar Participativa, a Formação e as Condições de Trabalho dos Profissionais da Escola, o Ambiente Físico Escolar; e o Acesso e Permanência e Sucesso na Escola. Para cada dimensão, foi definida uma série de indicadores relevantes e mensuráveis para a avaliação da qualidade dos serviços prestados pelas escolas. De realçar que os indicadores resultaram de uma discussão aberta com os pais, encarregados de educação, as famílias, os líderes religiosos e comunitários sobre os aspectos que eles julgam mais relevantes, para a qualidade de educação. Esses aspectos trouxeram novos indicadores de aferição da qualidade da educação, para além dos indicadores oficiais, indicadores estes baseados nas percepções da comunidade. Factores como o equilíbrio etário, a segurança nas escolas, a

postura e o nível social das pessoas formadas na escola, consubstanciados nas dimensões e indicadores acima expostos provam a necessidade de um maior envolvimento das comunidades na promoção da qualidade da educação.

Nesta pesquisa, apurou-se que existe uma percepção generalizada de que a qualidade de ensino básico é crítica e constitui um desafio para todos os seus intervenientes. Da avaliação dos intervenientes, as dimensões da qualidade da educação identificadas foram classificadas conforme a tabela 1.

Tabela 1. Pontuação para as dimensões

DIMENSÃO	PONTUAÇÃO 0-negativo, 1-médio, 2-bom
Ambiente Sócio-cultural e Educativo	0,7
Prática Pedagógica	0,5
Avaliação da Aprendizagem dos Alunos	0,8
Gestão Escolar	0,8
Formação e Condições de Trabalho dos Profissionais da Escola	0,6
Ambiente Físico da Escola	0,5
Acesso, Permanência e Sucesso Escolar	0,5

A comunicação entre as várias estruturas da educação e a comunidade, sobretudo os pais é ainda deficitária apesar da existência de Conselhos de Escola (CE). Por um lado, os CE nem sempre são representativos da comunidade escolar e por outro não cumprem com as suas obrigações estipuladas no Regulamento Geral das Escolas do Ensino Básico. Importa neste âmbito destacar um caso excepcional de sucesso na ligação entre a escola e a comunidade que se verifica na Escola Primária Completa Ngungunhane em Chibuto que funciona no quadro da iniciativa “Escolas Amigas da Criança”.

Nos locais seleccionados os alunos reprovam e desistem do estudo pois não sentem que a educação faz grande diferença em termos da sua ascensão social ou económica, preferindo ganhos imediatos.

Muitos professores e membros da comunidade entre pais, encarregados de educação, líderes religiosos e comunitários não concordam com a designada *passagem automática* e consideram-na responsável pela aprovação de alunos sem conhecimentos, habilidades e competências exigidas pelo currículo, indicando que este mecanismo de avaliação não foi bem assimilado pelos intervenientes no processo educativo.

A gestão escolar ainda é muito centralizada nas autoridades da escola. Não se verifica uma partilha de informação sobretudo a ligada com os fundos que a escola recebe incluindo o ADE. A comunidade é chamada à escola muitas vezes para apoiar na construção das salas, no apoio à recuperação do equipamento e apoio financeiro à escola. Quando se trata da prestação de contas e questões pedagógicas estas já não são consultadas ou se o são, é com pouca frequência.

Os regulamentos escolares nem sempre são aplicados devidamente. Das entrevistas e visitas realizadas, foi possível observar que no Ensino Primário existem alunos com idades muito acima da idade específica para frequentar este nível de ensino em turmas diurnas, dificultando o processo de ensino e aprendizagem na sala de aula.

Segundo os entrevistados, a fraca preparação dos professores e a falta de programas de formação contínua bem como de um acompanhamento sistemático por parte dos superiores, prejudica o seu desempenho e afecta a qualidade do processo de ensino e constitui uma das causas da fraca aprendizagem dos alunos na sala de aula. Neste sentido, a experiência de uma escola inserida no projecto de “*Escolas Amigas da Criança*” mostra uma tendência contrária, pois os professores desta recebem apoio em formação e acompanhamento. Por outro lado, muitos professores trabalham contrariados já que acham que os seus direitos estão sendo violados e não são promovidos na carreira profissional.

No contexto pedagógico ficou patente a necessidade de maior intervenção da comunidade na transmissão da sua cultura e sua incorporação nos currículos da escola através de contos tradicionais, jogos e brincadeiras tradicionais. A aplicação do currículo local poderia ser uma alternativa a esta situação.

Por outro lado, dada a pobreza em que vive a população muitas vezes os pais não têm tempo para acompanhar com regularidade as actividades dos seus educandos. Muitas crianças estão

sobrecarregadas com trabalho de apoio às famílias em casa, nas machambas e noutras actividades de rendimento o que prejudica seu desempenho escolar.

O acompanhamento da assiduidade e pontualidade dos alunos e professores é uma actividade que é feita exclusivamente pela escola. Existe a percepção generalizada de que ainda não existe um acompanhamento das relações entre professores e alunos, factor vital para um ambiente sociocultural educativo de ensino-aprendizagem, sem riscos de práticas de indisciplina, violência entre os professores e alunos e entre estes últimos como reportaram os alunos.

O ambiente físico das escolas visitadas, não cumpre com os requisitos do Regulamento Geral das Escolas do Ensino Básico e, de uma maneira geral o ambiente nas salas de aula, é deplorável. As escolas não dispõem de casas de banho, ou quando as têm não estão em boas condições de higiene e apresentam-se sem água em muitos dos casos. As escolas não dispõem de carteiras em número suficiente e os quadros existentes estão degradados. O material que os alunos têm à sua disposição é apenas o livro escolar que por serem distribuídos em quantidades insuficientes não chegam para todos.

O atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem nem sempre é o mais apropriado. Isto, porque os professores não têm formação específica para o efeito, as turmas são numerosas, o que agrava a situação de exclusão destes alunos.

Segundo alguns entrevistados verifica-se interferência política na nomeação dos directores de escolas e há gestores da educação a nível distrital dedicam-se mais à realização de actividades político-partidárias em detrimento da realização de trabalho relacionado com a educação.

Em conclusão, os pais e a comunidade no geral reconhecem que o ensino no país atravessa uma fase extremamente difícil. Na busca dos responsáveis pela situação, a comunidade aponta para o Governo que não tem investido o necessário para que as escolas estejam em boas condições para os alunos estudarem, assim como não pagam um salário condigno ao professor. As direcções do ensino a nível local que não realizam com rigor as suas obrigações de acompanhamento dos professores; os alunos que não se empenham o suficiente e também são obrigados a trabalhar desde cedo para ajudar a família; os professores cuja formação é deficiente, trabalham contrariados, não dispõem de material de trabalho e não são devidamente acompanhados.

Finalmente, as políticas e estratégias adoptadas pelo sector da Educação nem sempre se adequam à realidade nacional.

Face a estas constatações, que confirma-se pela avaliação feita, que na percepção das comunidades, a qualidade da educação não é boa, o estudo propõe a adopção de uma série de recomendações contidas no capítulo correspondente, que devem ser implementadas de maneira sistemática e persistente, através de planos de acção, com uma forte participação da comunidade. O estudo apresenta um conjunto de dimensões e indicadores de avaliação que são o resultado combinado da pesquisa de literatura e das percepções e expectativas que os intervenientes no processo educativo (pais, encarregados de educação, líderes locais e comunitários, alunos e professores) têm da educação de modo a permitir uma monitoria constante dos processos educativos para a promoção de uma educação de qualidade para todos.

I. Introdução

A Constituição da República de Moçambique indica que a educação constitui um direito de todo o cidadão, sendo o Estado o promotor da igualdade no acesso e usufruto desse direito. Esta premissa tem vindo a reger todo o processo da Educação para uma expansão a todos os cantos do país com vista a abranger cada vez mais cidadãos.

A lei 6/92, aprovada em 1992, reajusta o quadro geral do Sistema Nacional de Educação (SNE), aprovada em 1992, determina que o processo educativo se rege pelos princípios de desenvolvimento das capacidades e personalidade de forma harmoniosa e equilibrada de modo a garantir uma formação integral do cidadão, o desenvolvimento da iniciativa criadora, crítica e capacidade de estudo individual, a ligação entre a teoria e a prática, o estudo e o trabalho produtivo socialmente útil e a ligação estreita entre a escola e a comunidade, sendo a escola a dinamizadora do desenvolvimento sócio-económico e cultural da comunidade e esta a orientadora de uma formação que responda às exigências do seu desenvolvimento.

Neste contexto, os objectivos do SNE, segundo a lei, são os de erradicar o analfabetismo, garantir o ensino básico a todos os cidadãos de acordo com o desenvolvimento do país e proporcionar a formação profissional, científica, técnica, cultural, física e elevada educação moral e cívica bem como assegurar a formação artística e estética.

A operacionalização dos princípios e objectivos da Lei do SNE bem como das directivas emanadas da Constituição de República é feita através do Plano Estratégico da Educação e Cultura (PEEC) que tem como desafios “garantir que, até 2015, todas as crianças com idade escolar tenham acesso a educação básica de qualidade”. O PEEC apresenta como um dos seus principais desafios a qualidade de ensino. O PEEC considera ainda que através da melhoria da qualidade de ensino, os alunos dominarão melhor as competências e os conhecimentos exigidos pelo currículo. Esta situação irá contribuir para aumentar a aprovação e reduzir as desistências (alunos que aprendem passam de classe) da escola o que permitirá incrementar a eficiência do ensino. No sentido de fortalecer a qualidade de ensino, o PEEC apostou no desenvolvimento profissional dos recursos humanos em particular dos professores e gestores do sistema, no financiamento às escolas e fornecimento de materiais de ensino, na construção de mais salas de aula e num sistema de supervisão do processo de ensino e aprendizagem nas escolas.

Apesar dos fortes progressos no acesso à educação conseguidos pelo sector, ao longo do período de implementação do PEEC, vários relatórios realizados nos últimos anos mostram que, atingir a qualidade da educação, particularmente em aspectos fundamentais como o desempenho dos alunos em termos de leitura, escrita, aritmética e habilidades para a vida, ainda permanece um sonho para o país. As crianças formadas nas escolas moçambicanas têm grandes dificuldades de leitura, escrita e aritmética. O relatório do SACMEQ 2007 reforça este sentimento uma vez que nele, Moçambique aparece como tendo baixado o seu desempenho em relação aos países vizinhos e em relação à avaliação de 2003.

Esta situação lança um repto à sociedade civil para se mobilizar no sentido de se engajar no controle da qualidade da educação nas escolas do país. Para o efeito, será necessário definir o conceito de qualidade de educação, para, posteriormente, identificar e aprovar os critérios para a sua avaliação bem como os mecanismos para o seu controle nas instituições de ensino do país. Acredita-se que uma melhor e maior intervenção da sociedade civil no processo educativo, como aliás reza a Lei do Sistema Nacional da Educação, poderá contribuir para a reversão da actual situação que se caracteriza por uma baixa qualidade dos resultados obtidos pelos graduados do ensino primário.

É neste contexto que o Centro de Apoio à Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil, em parceria com o MEPT, se propõe a realizar estudos periódicos de avaliação da qualidade de ensino básico, incluindo o desenvolvimento de parâmetros de concernentes a essa mesma avaliação. Os estudos têm em vista fornecer evidências para acções de advocacia em prol da melhoria da qualidade de ensino primário.

1.1 O problema da pesquisa

Como já foi referenciado na introdução, a problemática da qualidade de ensino tem vindo à superfície, quer através de relatórios de avaliação da qualidade, quer através da “*media*” ou por outras formas. A sociedade clama por uma melhoria da qualidade de ensino no país. Os resultados da última avaliação do SACMEQ (ver tabela Nº 1) trouxeram mais uma dimensão do problema ao mostrarem o retrocesso que o país sofreu em relação à última avaliação realizada em 2003. Em 2000 Moçambique posicionou-se em 4º lugar entre os países da SADC cobertos pelo programa SACMEQ e em 2007, as médias da avaliação dos alunos da 6ª classe, nas disciplinas de Língua e Matemática, ficaram abaixo da média global dos países membros do SACMEQ.

Tabela 2. Níveis e tendências das avaliações dos alunos para os países SACMEQ

Países	Leitura		Aritmética	
	2000	2007	2000	2007
África do Sul	492,3	494,9	486,1	494,8
Botswana	521,1	534,6	512,9	520,5
Kenya	546,5	543,1	563,3	557,0
Lesotho	451,2	467,9	447,2	476,9
Malawi	428,9	433,5	432,9	447,0
Maurícias	536,4	573,5	584,6	623,3
Moçambique	516,7	476,0	530,0	483,8
Namíbia	448,8	496,9	430,9	471,0
Seychelles	582,0	575,1	554,3	550,7
Swazilândia	529,6	549,4	516,5	540,8
Tanzânia	545,9	577,8	522,4	552,7
Uganda	482,4	478,7	506,3	481,9
Zâmbia	440,1	434,4	435,2	435,2
Zanzibar	478,2	533,9	478,1	486,2
Zimbabwe	504,7	507,7	Xx	519,8
SACMEQ	500,3	511,8	500,1	509,4

Fonte: SACMEQ, Policy Issues; Number 2, September 2010
(www.sacmeq.org)

Outras avaliações têm mostrado que muitos alunos não dominam as competências básicas da leitura e escrita e aritmética factor que levou o Ministério da Educação e Cultura a lançar em 2009, uma campanha nacional para a promoção destas competências no Ensino Primário.

A fim de se obter padrões de qualidade de ensino, que integrem para além dos indicadores oficiais, os padrões em torno das expectativas dos cidadãos, tendo em vista, apoiar a Sociedade Civil com instrumentos adequados para a aferição da qualidade da Educação no país, o CESC, em parceria com o MEPT, realizou a presente pesquisa, que vai complementar os esforços desenvolvidos, por outras instituições no sentido de promover a qualidade da educação nas escolas moçambicanas, contribuindo com recomendações específicas para o efeito.

1.2 Qualidade da Educação, conceito e dimensões

Segundo Moran (2006) há diferenças importantes entre a qualidade da educação e a qualidade de ensino. Com efeito, na educação o foco vai para além do simples ensinar, integrando o ensino à vida, promovendo o conhecimento ético, a reflexão e a acção. Já o ensino de qualidade é feito basicamente na escola, ou através desta e envolve variáveis como a organização e o projecto educativo, docentes bem preparados e motivados e com boas condições de trabalho para exercerem com qualidade a sua actividade profissional, relação afectiva adequada entre os docentes, os alunos e a comunidade escolar e alunos motivados e preparados intelectual e emocionalmente para aprenderem. De acordo com Gomez (2006), a Educação num sentido mais lato, cumpre uma função de socialização, desde a configuração social da espécie e se transforma em factor decisivo da hominização e de humanização do homem e a escola foi concebida não só para reproduzir o processo de socialização das novas gerações, como também para contribuir para a mudança social. Neste processo a escola não está sozinha, pois interage com outras instituições sociais como a família, os meios de comunicação social as instituições religiosas.

De acordo com Buendia, apud Mazula, (1995:343): A escola e a democracia não são fenómenos naturais; são, principalmente, realidades humanas e, por isso, fenómenos históricos, construções humanas criadas e desenvolvidas em determinadas condições. A própria percepção dessas realidades tem a sua história, estando associada a parâmetros culturais das sociedades em que se verifica.”. Neste sentido, a participação da sociedade civil, na dinâmica social, em todas as vertentes, é de primordial importância, mas com particular ênfase na Educação dado que a Escola é um espaço por excelência de partilha e intercâmbio dos saberes, uma instância vocacionada para um exercício salutar da democracia.

Por conseguinte, no presente trabalho foi feita uma avaliação da qualidade de ensino tomando em conta as questões de relacionamento da escola com a comunidade (pais, encarregados da educação, autoridades locais e líderes religiosos) e a participação desta no processo educativo, assim como a

perspectiva dos próprios provedores da educação. Por isso, os instrumentos de recolha de informação produzidos tiveram em conta os aspectos da escola e seus intervenientes e da comunidade circunvizinha.

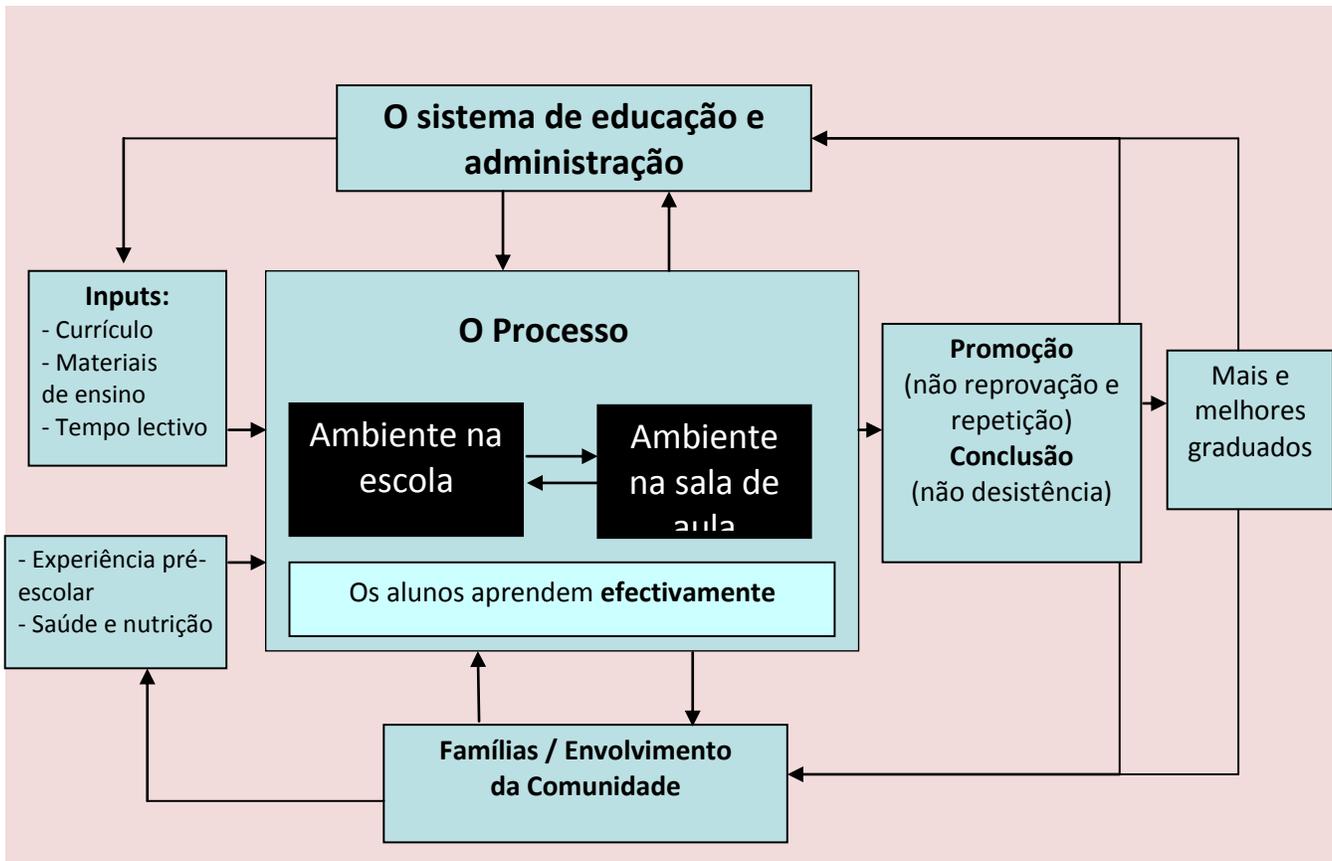
Com vista a fazer uma avaliação mais completa, foram também estudados os elementos que influenciam na qualidade do ensino, desde os inputs que incluem o currículo, os materiais de ensino e o tempo que os professores e alunos dedicam ao trabalho de ensino e aprendizagem. As experiências anteriores indicam que outras variáveis como o estado de saúde física e nutricional dos alunos são também elementos importantes para o processo de ensino-aprendizagem. Neste trabalho não foi possível observar o efeito destas variáveis na qualidade da educação.

Em relação ao processo de ensino é importante, que a interação entre os alunos e os educadores (tanto os professores como outros funcionários da escola) seja feita num ambiente apropriado. Neste contexto, uma escola segura e sem violência (física e psicológica), onde os alunos e alunas não sofrem assédio e são tratados com respeito, uma escola bem organizada e com um projecto pedagógico virado para a aprendizagem oferece mais confiança aos primeiros e permite-lhes beneficiar deste ambiente escolar propício ao processo de ensino. Com efeito, para que o processo de ensino se desenrole em condições adequadas é necessária uma boa gestão escolar, professores bem preparados para lidar com alunos, com experiências de vida diferentes. Estas são condições importantes para o sucesso dos alunos e da escola.

Aspectos da estimulação da aprendizagem e da avaliação da mesma contribuem igualmente para o sucesso do processo pedagógico. Todos estes elementos são relevantes para que os alunos se sintam em melhores condições de aprender, permite corrigir a tempo as deficiências de aprendizagem o que possibilita a redução das reprovações e repetições.

A participação das famílias no processo de ensino e aprendizagem é importante, pois estas complementam o trabalho da escola. Uma boa coordenação e envolvimento das famílias e da comunidade com o trabalho realizado pela escola contribuem para a obtenção de melhores resultados no processo de educação como um todo.

Figura 1: Modelo conceptual para uma escola de qualidade



Fonte: Improving primary education in developing countries, Lockheed M.E., Verspoor A. and associates (traduzido pelos autores).

1.3 Os beneficiários do processo de Educação

Os beneficiários da educação, contemplados nesta pesquisa, são primeiramente os alunos, os graduados da 7ª classe, as famílias que investem na educação das suas crianças e a comunidade que beneficia de cidadãos melhor formados e que podem melhor participar e contribuir para o seu crescimento.

Para efeitos desta pesquisa os beneficiários e os provedores foram constituídos em grupos focais compostos pelas categorias com representação no Conselho de Escolas, nomeadamente, grupo de pais, alunos, professores, pessoal administrativo e equipa directiva da escola e do distrito. Houve também a preocupação de se obter a percepção das crianças e jovens fora da escola, e das causas que os levam a não frequentá-la.

1.4 *Monitoria da qualidade de ensino*

Neste momento, para além do Ministério da Educação e Cultura, não parece haver outra entidade que realiza a monitoria da qualidade de ensino. É portanto tempo de se empoderar a sociedade civil, isto é, as organizações sociais, os pais e encarregados de educação e outros membros da comunidade para que possam desempenhar este papel.

A Sociedade Civil Moçambicana tem tido um papel importante, mas limitado no que respeita à monitoria da qualidade de ensino no país. Todavia, importa realçar que, as Organizações da Sociedade Civil (OSC) têm vindo a realizar estudos, a participar na formação dos Conselhos de Escola e na divulgação de materiais sobre a qualidade da Educação em Moçambique. A capacitação dos Conselhos de Escola, órgãos gestores nas escolas, constituídos por pais e encarregados de educação e por professores faz parte das acções que têm sido promovidas pelas OSC, cujo enfoque está mais orientado para a gestão escolar. As OSC, lideradas pelo Movimento de Educação para Todos (METP), têm vindo a promover estudos sobre a qualidade de ensino nas escolas, para posterior discussão e advocacia na sua interacção com o Governo.

O CESC, através desta pesquisa, pretende dar o seu contributo no sentido de propor alternativas para informar e mediar e assim, promover uma maior integração da comunidade escolar e dos pais e encarregados de educação e outros no processo de monitoria da qualidade do ensino, em interacção com os provedores da educação nomeadamente: as estruturas directivas da educação, a nível central, distrital, directores de escolas, corpo docente e administrativo.

A tabela 2 propõe alguns indicadores que poderão servir de base para a elaboração das entrevistas e estabelecimento das discussões a nível dos grupos focais no âmbito da presente pesquisa.

1.5 *Justificação e relevância da pesquisa*

O Plano Estratégico da Educação e Cultura 2006-2015 coloca como um dos seus principais objectivos “garantir que, até 2015, todas as crianças com idade escolar tenham acesso à educação básica de qualidade”. O objectivo é o de promover uma educação de qualidade para todos, que vai por um lado, permitir que os alunos progridam normalmente entre as classes e, assim promover o fluxo normal das crianças pela escola e, por outro assegurar que os jovens ao concluir o ensino tenham acesso ao emprego ou auto-emprego e possam progredir, para níveis mais elevados de educação. Nesta perspectiva, para o sector da Educação não basta colocar os alunos na escola. É necessário que estes

aprendam e desenvolvam as competências básicas previstas no currículo do ensino primário. Desta maneira eles não somente passarão de classe como também poderão dispor de ferramentas básicas, para desenvolverem actividades do seu dia-a-dia e dominar os conhecimentos básicos que lhes permitam, também continuar a aprender, seja através das instituições formais de ensino seja por sua própria iniciativa.

A qualidade de ensino vem sendo discutida sob vários prismas, desde a qualidade dos inputs que são destinados à Educação, ao equilíbrio adoptado entre os diferentes “inputs”, aos processos de ensino na sala de aula e aos resultados que se atingem com os alunos, tanto no sentido da aprendizagem dos conteúdos do currículo, assim como da qualidade dos cidadãos saídos do sistema, em termos do seu desempenho como cidadãos no que respeita aos aspectos sociais, económicos e culturais.

O desenvolvimento de instrumentos para assegurar maior participação da sociedade civil na monitoria da qualidade de ensino passa necessariamente pelo desenvolvimento de indicadores de monitoria de fácil uso pelos seus utentes. É neste contexto, que surge a presente pesquisa, visando, entre outros aspectos, partilhar indicadores de avaliação da qualidade de ensino nas escolas, a partir das percepções dos beneficiários do processo educativo, tendo em consideração também a perspectiva dos provedores (corpo directivo, professores e funcionários da educação). Nesse âmbito, este estudo possibilitou algumas recomendações para melhorar a interacção entre a escola e a comunidade no sentido de assegurar a esta ultima maior capacidade de intervenção.

1.6 Objectivos do trabalho

Com este estudo, o CESC e MEPT pretendem avaliar a qualidade de ensino no país na perspectiva dos beneficiários através da aferição do grau de satisfação destes relativamente aos serviços educativos prestados nas escolas. Pretende, igualmente, obter a definição do conceito e dimensões da qualidade de ensino tendo em atenção os beneficiários, desenvolver uma primeira série de indicadores relevantes e mensuráveis, através dos quais a Sociedade Civil deverá ser capaz de avaliar a qualidade dos serviços prestados pelas escolas e os seus efeitos nos alunos. De igual modo, o estudo propõe recomendações para a melhoria da interacção dos participantes do processo educativo.

1.7 Metodologia

A metodologia usada foi a da pontuação comunitária, complementada com entrevistas individuais a membros das direcções distritais da educação, autoridades comunitárias e religiosas dado o foco

colocado na percepção das próprias comunidades sobre o processo educativo em curso. A metodologia de pontuação comunitária é uma ferramenta usada para a monitoria da qualidade de serviços públicos, prestados pelo Estado à comunidade, através da medição da percepção dos beneficiários. Este é um instrumento de avaliação participativa desenvolvido de forma a tornar simples e fácil a participação do cidadão comum nos processos de monitoria da governação. Na verdade, o Community Score Card (CSC) ou Cartão de Pontuação Comunitária é uma arma potente nas mãos das comunidades e das ONG's para o desenvolvimento de acções de advocacia baseadas em evidências.

Esta metodologia torna mensuráveis as percepções, ainda que subjectivas, que o cidadão comum tem acerca dos serviços que lhe são prestados pelo Estado. Por conseguinte, privilegia métodos que permitem às pessoas envolvidas fazer os seus próprios juízos de valor sobre a qualidade dos serviços prestados pelo Estado, sem sentirem qualquer receio ou assumirem em extremo a necessidade de objectividade (Isto significa que as pessoas ao fazerem as suas classificações deverão estar abertas a fazer os seus julgamentos sem ter receios ou sentir a necessidade de assumir um extremo rigor em termos de objectividade). Este foi, portanto, um exercício com uma componente pedagógica assinalável, que permitiu aos participantes exercerem a sua cidadania, exteriorizando e expressando as suas preocupações e construindo evidências para a fundamentação das suas opiniões junto dos governantes e outras entidades ligadas à gestão do processo educativo.

Numa primeira fase, foi feita uma pesquisa documental e a devida revisão de literatura em torno do conceito de qualidade de educação de modo a obter-se uma fundamentação teórica orientadora. Seguidamente, realizaram-se entrevistas aos intervenientes do processo educativo, nomeadamente os alunos, os professores, os gestores da educação, os pais e encarregados de educação e os líderes comunitários sobre as dimensões de qualidade da educação. Esta etapa permitiu verificar o grau de proximidade das diferentes abordagens. Por esta via, as dimensões e os indicadores predefinidos foram validados, através das conversas e encontros com os grupos focais comunitários estratificados por categorias.

O estudo foi realizado em treze ZIP's, localizadas em três províncias das regiões geográficas do Sul, Centro e Norte, nomeadamente, Gaza (distritos de Xai-Xai, Manjacaze e Chibuto), Zambézia (distritos de Milange e Alto-Molocué) e Cabo Delgado (distritos de Pemba e Ancuabe). Na selecção das Zonas de Influência Pedagógica (ZIP's) teve-se em consideração o factor localização, tendo sido privilegiado o binómio campo/cidade (interior-litoral) uma vez que *a priori* são espaços com características

específicas sob o ponto de vista sócio-cultural e económico. Importa destacar entretanto, que esta distribuição não representou um diferencial no que concerne aos resultados, dada a homogeneidade verificada em torno das percepções relativas às dimensões e indicadores utilizados na abordagem sobre a qualidade da educação.

No total foram visitadas treze escolas e realizados 49 grupos focais e 149 entrevistas individuais, envolvendo directamente cerca de 536 pessoas. Visitou-se também uma escola inserida na iniciativa Escolas Amigas da Criança em Chibuto com o objectivo de se fazer uma abordagem comparativa no que concerne às dimensões e indicadores da qualidade da educação e colher ilações que pudessem servir de referência para acções futuras no âmbito da melhoria da qualidade da educação.

1.7.1 Processo e etapas

O processo e as etapas de realização do trabalho consistiram na identificação dos ZIPs a estudar, na formação dos facilitadores dos encontros, contacto com as comunidades e ZIPs locais para a apresentação do projecto e solicitação da sua colaboração, colecta de informação no lado de oferta ou provedor dos serviços para obtenção de *inputs*. Foram também organizados encontros comunitários, para a explicação do programa e discussão das dimensões e dos indicadores da qualidade da educação. A formação de grupos focais obedeceu ao critério da representatividade. Com base nos resultados obtidos foi escrito o presente relatório.

1.7.2 Limitações da pesquisa

A pesquisa foi feita em locais escolhidos por região, conforme indicado anteriormente. Tentou-se abarcar todo o espectro sócio-cultural do país, tendo em conta a situação das escolas urbanas e rurais, do norte, centro e sul. Contudo, dado o número de escolas visitadas, dado o número de entrevistados e as províncias escolhidas (apenas 3 províncias de 11), esta pesquisa tem como limitação o facto de não se poder considerar estatisticamente representativa.

Todavia, não obstante este factor, esta pesquisa permite tirar ilações claras sobre a situação difícil em que se encontram as condições para o ensino e aprendizagem nas escolas moçambicanas e os resultados que elas têm vindo a colher tanto a nível nacional como a nível internacional. Permite igualmente tirar ilações sobre aspectos que, sem grandes investimentos, se poderiam melhorar e que certamente iriam fazer a diferença na aprendizagem dos alunos. É o caso da qualidade da interacção dos professores e

alunos, de uma maior intervenção da comunidade escolar nos processos educativos nas escolas e da melhoria da formação dos professores e das melhorias que se podem fazer a nível gestão escolar abrindo-a a uma maior colaboração da comunidade, de forma a melhorar o ambiente escolar e a qualidade dos resultados das escolas, e a necessidade de inclusão das percepções da própria comunidade (pais, encarregados de educação, lideranças comunitárias) nos planos de acção da educação, de modo que o governo e a sociedade civil estabeleçam uma interacção maior na batalha por uma educação de qualidade para todos.

1.7.3 Dimensões e Indicadores

Foram propostas sete dimensões, a ter em conta na reflexão sobre a qualidade da educação. Para a avaliação dessas dimensões, os pesquisadores basearam-se num conjunto de elementos sinalizadores de aspectos importantes da realidade educacional: os indicadores. A aplicação deste instrumento (indicadores da qualidade de educação) foi envolvente, integrando pais, mães, professores, directores, estudantes, líderes religiosos e comunitários com vista a uma reflexão, discussão e acção em prol da melhoria da qualidade de ensino. Foram identificadas as seguintes dimensões: (i) ambiente sócio-cultural Educativo; (ii) prática pedagógica; (iii) avaliação; (iv) gestão escolar participativa; (v) formação e condições de trabalho dos profissionais da Escola, (vi) ambiente físico escolar, e (vii) acesso, permanência e sucesso na escola. As dimensões estão mais detalhadas em anexo.

Os Indicadores do ambiente sócio-cultural educativo incluíram os seguintes indicadores/aspectos: acolhimento e solidariedade, respeito a diversidade, disciplina, respeito aos direitos da criança e do adolescente, e organização de eventos e rituais culturais

Os indicadores da prática pedagógica utilizados foram: proposta pedagógica conhecida e definida por todos, planificação de aulas pelos professores, estratégias e recursos diversificados para a aprendizagem, incentivo à autonomia e ao trabalho em equipa e a prática pedagógica inclusiva.

Os indicadores da avaliação integraram o monitoramento do processo de aprendizagem dos alunos, os mecanismos de avaliação dos alunos, a participação dos alunos na avaliação de sua aprendizagem, a avaliação do trabalho dos profissionais da escola e o acesso, compreensão e uso dos indicadores oficiais de avaliação da educação.

Os Indicadores da Gestão Escolar Democrática englobaram a Informação Democratizada, as Estruturas Escolares Actuantes, a Participação Efectiva da Comunidade, as Parcerias locais e relacionamento entre órgãos da educação e ONGs, serviços públicos e o Tratamento de Conflitos do quotidiano da Escola

Os indicadores da formação e condições de trabalho dos profissionais da escola abarcaram o grau de satisfação com as condições de trabalho, a formação contínua dos professores, a suficiência da equipa escolar, a assiduidade da equipa escolar e a estabilidade da equipe escolar.

Os indicadores do ambiente físico escolar integraram a disponibilidade de materiais escolares, a existência de casas de banho em quantidade suficiente, a existência de água na escola, a existência de carteiras para os alunos e a existência de pátio escolar

Finalmente os indicadores de acesso, permanência e sucesso escolar foram os seguintes: Assiduidade dos alunos, abandono e desistência, atenção aos alunos com dificuldades de aprendizagem e a atenção às necessidades educativas da comunidade

II. Indicadores de qualidade da educação na óptica dos beneficiários

Em relação as dimensões e indicadores identificados, esta pesquisa tomou em consideração as opiniões de todos os intervenientes no processo de ensino e aprendizagem bem como seus beneficiários. Neste contexto, foram entrevistados alunos, professores, direcção e outros trabalhadores da escola, jovens fora da escola em idade escolar, encarregados de educação e líderes comunitários.

2.1 O Ambiente Sócio-cultural Educativo

A classificação média arredondada atribuída ao ambiente escolar é de 1, o que quer dizer que há desafios importantes para esta dimensão mas a pontuação tende para o razoável.

Embora parte significativa dos alunos, durante as entrevistas tenha manifestado um parecer positivo relativamente ao ambiente criado nas escolas, importa realçar que ao serem confrontados a apresentar situações concretas, demonstraram que nem sempre as relações entre eles (alunos) e entre os seus professores são as melhores. Nesse sentido, indicaram a ocorrência de agressões e lutas, sem que haja intervenção da escola. Na perspectiva dos alunos, a relação com os professores nem sempre é boa, porque por um lado, apesar de existirem alguns professores que respeitam os alunos, por outro encontramos professores pouco afáveis no trato com os alunos e que não têm bons modos de se dirigir

e de falar com estes. Por exemplo, professores há que não aceitam que os alunos tenham dúvidas e os chamam de atrasados mentais ou os mandam esclarecer as dúvidas em casa com os seus encarregados de educação. Considerando que muitas vezes, segundo os alunos, os encarregados de educação não são alfabetizados ou os que são, estão ocupados com actividades do dia-a-dia a situação dos alunos fica bem difícil. Alguns dos professores não respeitam os alunos, e segundo estes, os poucos professores que os respeitam são “minimamente” atenciosos. Há alunos que se queixam de agressões por parte dos professores, quando eles não compreendem bem a matéria, quando chegam atrasados à escola ou mesmo quando não fazem os trabalhos de casa. Este parecer negativo no que diz respeito aos professores é extensivo aos encarregados de educação. Quanto à relação funcionários – alunos, os alunos alegam que é indiferente, pois para eles, não tem havido muito motivo para contacto.

Os alunos manifestaram que as regras de convivência são claras, conhecidas por toda a comunidade escolar, mas, segundo os mesmos nem sempre respeitados principalmente por eles próprios. Contrariando a opinião dos alunos, os professores dizem que estes participam na elaboração das regras de convivência da escola através dos seus representantes, seleccionados em cada turma.

Quanto aos alunos com necessidades educativas especiais, em geral, embora os colegas tenham afirmado que estes não sofrem de discriminação importa realçar que, no mesmo âmbito, os alunos consideram que os professores não estão devidamente preparados para atender a estes alunos. Pode-se tomar como exemplo, o caso dos alunos que têm problemas de audição. Para estes casos, os professores enfrentam muitas dificuldades em se comunicar com eles, pelo que estes alunos não conseguem progredir, mesmo quando colocados nas primeiras filas. Os alunos também notaram que por vezes os alunos com necessidades educativas especiais não são bem acolhidos pelos seus pares.

Embora os alunos tenham manifestado que conhecem os direitos das crianças quando abordados não foram capazes de enunciá-los. Os membros da comunidade (pais, líderes religiosos, autoridades, locais) entre outros entrevistados também afirmaram não só conhecer como respeitar os direitos das crianças.

Todos os professores e directores entrevistados afirmam conhecer os direitos das crianças, embora o testemunho dos alunos seja contrário a esta afirmação. Os professores e pais afirmam que fazem tudo para que os direitos das crianças sejam, conhecidos pelos alunos, e pela comunidade escolar no seu todo.

Os professores consideram que existe uma relação adequada entre o professor – aluno, porém realçam que nas turmas onde existem alunos mais crescidos, estes não os respeitam e chegam ao ponto de tentar desafiá-los. Os professores afirmam que os alunos se respeitam e convivem de forma muito amigável, exceptuando alguns casos esporádicos de discussões entre eles, mas em número insignificante.

Muito embora as opiniões gerais sobre os direitos das crianças sejam positivas, existem testemunhos como o reportado por um aluno da EPC 24 de Julho, em Xai-Xai, segundo o qual os professores não tratam os alunos com respeito. Este aluno, membro do conselho de escola afirma o seguinte: “gostaria que os alunos fossem bem tratados, que se melhorasse ainda mais o comportamento dos professores. Por exemplo, não bater nos alunos, e que os professores melhorassem a forma como se comunicam com estes”. Esta afirmação denota que situações anormais acontecem nas escolas e que nem sempre são devidamente resolvidas.

Os alunos reconhecem que gostam de frequentar a escola, mas que alguns encarregados de educação os desmotivam, dando excessivas tarefas de casa, o que dificulta a recuperação das energias e reduz o tempo para a revisão das matérias. Muitos pais, obrigam os filhos a dedicarem-se a outras actividades, colocando a escola em segundo plano. As actividades agrícolas, a venda de lenha, a pastagem do gado, são muitas vezes priorizadas em detrimento da escola. Outro factor que desmotiva os alunos é a distância que, muitas vezes tem que percorrer para chegar à escola. Esta situação confirma, que nem todos os encarregados de educação respeitam os direitos das crianças, como teriam afirmado.

Os trabalhadores das escolas (professores e funcionários da secretaria, contínuos ou guardas), manifestaram o seu apreço pelo trabalho, que exercem na medida em que este proporciona-lhes a oportunidade de contribuir para a educação e um futuro próspero das crianças e do país, embora, reclamem não receber apoio e ser alvos de falta respeito por parte dos alunos e encarregados de educação, pelo que não se sentem motivados a retribuir da melhor maneira possível. Segundo os professores, eles têm dado a melhor atenção possível aos alunos portadores de alguma deficiência, seja ela física ou mental.

Partindo do pressuposto de que a escola é, fundamentalmente, um espaço de socialização e vivência de valores, um espaço por excelência para a aprendizagem da convivência com a diversidade humana, tomando em consideração os indicadores que sinalizam o ambiente educativo, tais como o respeito, a alegria, a solidariedade, a amizade, o combate à discriminação e o exercício dos direitos e deveres, considera-se com base na pontuação indicada pelos grupos focais, nas entrevistas e sobretudo com base

nas percepções expressas que, embora no geral as classificações apontassem para o razoável, os exemplos apresentados, não condizem com práticas que possam garantir a devida socialização, o fortalecimento da cidadania e da igualdade entre todos pelo que a classificação geral média aponta para negativa a tender para o razoável.

Com efeito, a nível dos diversos segmentos entrevistados ressaltou à vista a necessidade de maior envolvimento da comunidade escolar na criação de condições para uma boa prática pedagógica na escola. Neste contexto, maior atenção deve ser dada aos alunos com necessidades educativas especiais ou com dificuldades aprendizagem e comunicação, maior divulgação e aplicação efectiva do regulamento interno da escola e participação de todos na sua elaboração, para que as regras nele constantes se transformem em atitudes assumidas no quotidiano escolar, maior conhecimento efectivo e divulgação dos direitos das crianças para evitar, por exemplo, situações de violência, aplicação de castigos corporais na escola ou de sobrecarga de trabalho no contexto das famílias, integração da cultura local na escola de modo a que esta esteja directamente conectada à comunidade.

Tabela 3 - Ambiente Sócio - Cultural Educativo

INDICADOR	PONTUAÇÃO 0-negativo, 1-médio, 2-bom
Acolhimento e solidariedade	1
Respeito a diversidade	1
Disciplina	1
Respeito aos direitos da criança e do adolescente	0,5
Organização de eventos e rituais culturais	0
Média	0,7

2.2 A prática Pedagógica na Escola

Na visão dos alunos a maior parte das aulas dadas pelos professores não são planificadas, com a excepção de um e outro professor. A avaliação dos alunos a este indicador reflecte a realidade, uma vez que estes não têm conhecimento das rotinas e práticas pedagógicas empregadas nas escolas. Os alunos consideram que professores têm atitudes negativas pois, segundo eles alguns professores não ouvem as suas preocupações e não levam em consideração as suas opiniões e dos seus pais, alegando que já têm um plano a cumprir.

Tanto professores como alunos reconhecem que poucas vezes realizam actividades de estudo da escola, e como consequência sabem muito pouco acerca dos problemas no ambiente exterior à escola. O tempo destinado às actividades do currículo local não é bem aplicado nas escolas.

As escolas sofrem carência de livros (que é o principal recurso disponível para a aprendizagem dos alunos) em todas as classes. Dos testemunhos a nível dos grupos focais ficou patente que em algumas escolas os alunos têm simplesmente dois livros, quando deveriam ter 10, fazendo com que os professores tenham dificuldades de ensinar, porque levam muito tempo a escrever no quadro. Para além dos livros, os outros materiais usados no processo de ensino são mapas, réguas e o quadro silábico, mas isto acontece em poucas ocasiões, pelo que pode-se afirmar que a situação do material para aprendizagem é difícil. Regista-se também falta de material para as disciplinas de desenho, educação musical e ofícios que por isso não são leccionadas convenientemente.

Os professores não conseguem dar aos alunos a mesma atenção na sala de aulas, sobretudo os alunos com necessidades educativas especiais (portadores de alguma deficiência mental ou física). Os professores de Ancuabe referiram que os alunos com necessidades educativas especiais não recebem material didáctico adequado. Na visão destes, os professores algumas vezes falham ao assumir que todos os alunos têm a mesma capacidade de aprendizagem, fazendo assim com que os estudantes com maior dificuldade de assimilação fiquem prejudicados.

Na EPC Patrice Lumumba, verificou-se uma situação de professores que em conversa com um funcionário da escola, comentou, sobre uma aluna com síndrome de Dawn que os pais da menina deveriam lhe tirar da escola porque esta é “retardada” e é uma perda de tempo os pais mandarem a menina para escola porque ela “não aprende nada”.

Os professores da Escola Primária de Ancuabe e os de Xai-Xai referiram que a escola não tem projecto pedagógico. Os professores de outras escolas como a EPC de Mussengue, Nanjua, Nipaia, Muxara, Pista Velha, Paquete, Milange confundiram o projecto pedagógico com as jornadas pedagógicas ou com o plano anual da escola. Pode-se concluir que as escolas não têm um projecto pedagógico formal nem mesmo um plano para o seu desenvolvimento. Os professores concordam com as jornadas pedagógicas, mas como estas são realizadas aos sábados, nem todos comparecem, registando-se faltas de até 30% dos professores. Os professores da escola de Mussengue, Nipaia e Natite referiram que não foram envolvidos na preparação das jornadas pedagógicas.

Os professores alegam planificar regularmente as aulas, uns trimestralmente e outros de 15 em 15 dias. Para tal os professores, levam em consideração a matéria aprendida pelos alunos, nos semestres/anos anteriores. Mas, esta perspectiva não é partilhada pelos alunos já que consideram que vêm que alguns professores chegam à escola sem caderno e nem livros. Ademais, os alunos negam que os professores façam as suas planificações com base no nível de aprendizagem dos próprios alunos. Exemplo prático disto, vai para o depoimento de alguns alunos, onde afirmam que “muitas das vezes nos segundos trimestres aprendemos novas matérias e com matérias do primeiro trimestre mal explicadas e não terminadas. Esta perspectiva é também partilhada pelos pais e encarregados de educação, onde muitos destes referem que “os nossos filhos aprendem sempre coisas novas enquanto nem entenderam nada sobre a matéria anterior”

O cumprimento do plano escolar é normalmente acompanhado pela direcção da escola. Os professores da escola da EPC de Mussengue em Manjacaze afirmam que “a direcção da escola, têm muito tempo até para fazer controlo da planificação das aulas” mas, os professores da EPC de Mussengue, Natite e de Milange sede, embora digam que os membros da direcção acompanham o cumprimento das aulas, reclamam pelo facto dos directores nunca estarem disponíveis na escola, estando constantemente nas reuniões do partido, o que muitas vezes deixa os professores numa situação de aflição.

Os entrevistadores registaram que tanto os professores como os alunos chegam tarde à escola. Muitos professores das escolas localizadas nas aldeias vivem na sede dos distritos, e por isso têm dificuldades de chegar a tempo à escola e dependem do transporte público que nem sempre existe. Por isso atrasam ou mesmo faltam às aulas. Dizem ainda os professores, tanto a direcção das escolas, os alunos, que nos dias de chuva, o atraso por parte dos professores e de outros membros da direcção, tem sido mais visível. No caso concreto da EPC de Mussengue, a comunidade escolar para fazer face a estes constrangimentos, construiu casas para os professores, mas os mesmos, nunca fizeram o uso destas, preferindo residir na sede do distrito, que dista cerca de 24 kms da escola.

Há uma tendência dos alunos ingressarem tarde à primeira classe, alguns com 10 anos ou mais, sobretudo no centro e norte do país, como é o caso da EPC de Ancuabe Sede e Nipaia. Isto faz com que estes cheguem ao EP2 já como adultos, factor que, naturalmente, dificulta a sua inserção na escola, e contribui mesmo para a desistência, já que a partir de uma determinada idade precisam trabalhar para o seu sustento, conforme ficou saliente a nível das discussões no contexto dos grupos focais. Esta situação afecta de maneira particular as raparigas que a partir de certa idade desistem, sem concluir a

escola primária. Mas importa referir que para o caso da província de Gaza em Manjacaze particularmente, nota-se no início de cada ano lectivo um maior número de crianças com idades compreendidas entre 5 a 8 anos a ingressarem pela primeira vez o ensino primário.

Em algumas regiões, as crianças são pouco incentivadas a frequentar a escola. No caso de Milange (região fronteira) os alunos tendem a iniciar a vida laboral mais cedo optando por se dedicarem a feiras, isto porque aí, eles ganham uma remuneração imediata, ao contrário das pessoas que foram a escola, que, muitas vezes, não têm vida confortável porque ganham pouco pelo trabalho que fazem. Um dos factores associado a esta desistência é a falta de referências de pessoas que tenham uma boa vida como resultado de terem frequentado a escola, referem tanto as crianças fora da escola e mesmo os alunos. Para o caso concreto de Alto-Molocué, a fraca frequência à escola é justificado por uma grande falta de vagas nas escolas, em outros casos, as gravidezes indesejadas e também a venda de vagas, para o ingresso ao ensino secundário.

Ainda no que concerne à prática pedagógica existe a percepção da necessidade de se capacitar os professores em metodologias de ensino que privilegiem maior interacção na sala de aula e motivem os estudantes a serem mais interventivos e participativos na aula.

Verificados os pareceres em torno dos indicadores para esta dimensão, apuramos que na maioria das escolas a planificação é feita, mas não há uma proposta pedagógica interna e auscultada pelos demais membros da escola. Devido a uma visão muito centralizadora do currículo, predominante nas escolas, estas comportam-se como simples implementadoras das decisões centralmente tomadas, não delineando um projecto educativo e escolar de cunho formativo, instrutivo ou administrativo próprio com objectivos e metas. Neste sentido, as escolas acabam não tendo uma identidade própria que permita a adequação das finalidades definidas centralmente à realidade concreta dos alunos, dos professores e dos encarregados de educação, não se inserindo na sua região. Assim, no cômputo geral, feitas as devidas proporções em termos de classificações a nível dos grupos focais, a pontuação para esta dimensão é negativa a tender para o razoável.

Tabela 4 - Prática Pedagógica na Escola

INDICADOR	PONTUAÇÃO 0-negativo, 1-médio, 2-bom
Proposta pedagógica conhecida por todos	0,5
Planificação das aulas pelos professores	1
Estratégias e recursos diversificados	0,5
Incentivo à autonomia e ao trabalho em equipa	1
Prática pedagógica inclusiva	0,5
Média	0,5

2.3 Avaliação da aprendizagem dos alunos

Nas discussões e conversas efectuadas a nível dos grupos focais e entrevistas individuais os alunos testemunharam que alguns professores observam a sua progressão e procuram assinalar as suas principais dificuldades, estas avaliações são feitas através de trabalhos de casa, avaliação dos cadernos, testes orais e testes escritos, embora, outros alunos afirmem que professores não têm de forma particular mostrado os pontos fracos e pontos fortes de cada aluno. Outros professores limitam-se simplesmente a avaliar a progressão dos alunos através dos testes escritos, sendo este por si só um indicador não inteiramente conveniente, pois assume-se que, na altura da realização dos testes, o aluno poderia estar em situação de “stress” ou por outra, este aluno pode ter assimilado a matéria, mas enfrentar dificuldades em responder as questões de acordo com o que o professor pretende.

Os professores não tem ido mais além das avaliações acima citadas (testes orais e testes escritos, avaliação do caderno, trabalhos de casa), e não promovem aulas práticas, apresentações e debates. Quanto a atribuição das notas, alguns alunos alegam que os professores, não discutem suas notas com o grupo da disciplina, outros não têm informação acerca do conselho dos professores e por conseguinte a maior parte dos alunos afirma que as notas não têm sido regularmente discutidas pelo conselho dos professores.

Grande parte dos alunos não sabe se a tomada de decisões acerca da sua aprovação ou reprovação é feita pelos professores da classe ou professores das turmas, mas os que têm esta informação alegam que tal decisão é tomada a nível dos professores da classe.

Para a tomada de decisão acerca da aprovação ou reprovação a maioria dos professores afirmam que tomam em conta a opinião dos pais e encarregados de educação de forma rigorosa, portanto, no final de cada semestre, estes são convocados para discutir a situação dos seus educandos. Contudo, os professores de Ancuabe afirmam que as opiniões dos encarregados de educação não são tomadas em consideração. Vários professores afirmam não concordar com a avaliação por ciclos de aprendizagem, o que revela uma falta de coordenação entre as estruturas da educação a todos níveis. Uma parte dos pais também não concorda com a progressão por ciclos de aprendizagem.

Uma das responsabilidades do professor, seria explicar aos alunos os motivos das suas notas e mesmo da sua reprovação, mas isto segundo alunos não acontecem, nem mesmo com as avaliações normais.

Os alunos alegam que a escola não possui um procedimento para avaliar o trabalho dos professores ou de todos os intervenientes no processo educacional. De acordo com as entrevistas efectuadas constatou-se que os alunos também gostariam de dar o seu parecer no que diz respeito ao desempenho dos professores e de todos os intervenientes no processo educativo. Para além da exclusão dos alunos, estes também afirmam que os pais e encarregados de educação e demais membros da comunidade, não estão envolvidos de forma alguma nesta avaliação do sistema da escola como um todo. Para os casos extremos em que os encarregados de educação participam na tal avaliação, as sugestões que eles têm dado são direccionadas, principalmente, para os funcionários das secretarias, principalmente para melhorar a organização e dinâmica no processo de inscrição dos alunos.

Algumas escolas indicaram que a comunidade escolar (pais, director, professores, demais funcionários, alunos) era informada sobre os dados estatísticos produzidos a nível das direcções distritais sobre o desempenho da escola (taxas de desistência, abandono, avaliações, aprovação, reprovação, etc.), mas, poucas vezes, essa informação era discutida. Quando discutida esta informação nem sempre a comunidade escolar conseguia fazer chegar as suas dúvidas e opiniões até aos órgãos responsáveis pela produção desses indicadores.

No que diz respeito à progressão dos alunos as opiniões dos pais dividiram-se. Há os que afirmam que os professores procuram assinalar as suas principais dificuldades (corrigindo trabalhos, circulando pela sala enquanto realizam os exercícios, incentivando os alunos a fazer perguntas e a tirar dúvidas), enquanto a outra metade alega que os professores não são tão atenciosos assim com os seus alunos. As duas partes afirmam que os professores têm feito regularmente perguntas sobre aspectos importantes da matéria, para verificar se os alunos apreenderam os conteúdos. O grande problema está no facto de

estas perguntas não serem feitas a todos os alunos, devido ao número excessivo de alunos por sala (cerca de 70). Todos os alunos são informados sobre a sua situação seja ela crítica ou favorável. Vários pais consideram que os próprios alunos é que são desleixados, porque não levam em conta as observações feitas pelos professores.

Sobre os mecanismos de avaliação, os pais concordam com os professores e os apoiam, no que diz respeito aos critérios de avaliação. Os professores não se baseiam simplesmente nas avaliações escritas e orais, mas também na avaliação dos cadernos e trabalhos de casa. Porém mesmo assim, em condições normais, presume-se que para além das avaliações anteriormente referidas, os professores deveriam também preparar sessões de debates, apresentações e aulas práticas. Ainda acerca das avaliações, constatou-se, que a atribuição das notas e as discussões acerca da situação dos alunos (aprovação e reprovação) são levadas a cabo pelo conselho de professores, mas simplesmente a nível da turma. Os pais sugerem o uso da avaliação diária e contínua dos alunos.

Os pais e encarregados de educação não participam de forma alguma nas discussões acerca da aprovação ou reprovação dos alunos simplesmente são convocados, no final de cada período para a divulgação dos resultados dos seus educandos. Neste âmbito, os pais sentem-se afastados do processo educativo, pois acham que, se os professores colaborassem, as decisões acerca da situação dos alunos seriam mais consensuais. Em suma, em relação a este ponto pode-se constatar que a implementação do novo currículo, parece não ser a mais adequada, pois esperava-se maior conexão entre os pais, encarregados de educação e professores. Constatou-se, igualmente, que a situação nas *escolas amigas da criança* é diferente das demais escolas visitadas. A escola visitada em Chibuto mostra haver uma ligação muito próxima com a comunidade, pais e encarregados de educação, muito embora estes se mantenham como actores um pouco mais distantes do sistema de ensino.

No contexto da participação dos pais na avaliação da aprendizagem dos seus educandos, grande parte destes considera que os seus educandos, não estão capacitados para se auto-avaliarem e que os professores também não estimulam tal capacitação (falar, escrever, expressar o que aprenderam).

No que diz respeito à avaliação dos profissionais, os pais afirmam que a escola não possui procedimento algum formalizado visando avaliar o trabalho realizado por todos os intervenientes do processo educacional. Tal situação deixa os pais inquietos, pois se as actividades dos professores e demais funcionários não são regularmente fiscalizadas, há probabilidade destes cometerem erros e tais erros reflectirem-se de forma negativa na educação dos seus filhos.

Uma mais-valia para os alunos e para a escola no seu todo é a participação activa dos representantes dos diversos segmentos da comunidade (d direcção, professores, funcionários, alunos, pais e mães) nas avaliações do trabalho realizado pela escola. Desta maneira, as sugestões de todos são avaliadas e as sugestões são implementadas melhorando o ambiente escolar.

A comunidade escolar (pais, director, professores, demais funcionários, alunos) têm-se beneficiado dos dados estatísticos produzidos a nível da escola, e não a nível das direcções distritais sobre o desempenho da escola (taxas de desistência, abandono, avaliações, aprovação e reprovação), estes também têm tido oportunidade para comentar e discutir acerca dos significados destes indicadores, e posteriormente os resultados desta discussão chegam até aos órgãos responsáveis pela produção desses indicadores, permitindo a estes traçar novas estratégias que definam novos objectivos para as escolas.

As notas dos alunos são normalmente discutidas pelo conselho de professores. A decisão sobre a aprovação ou não é tomada pelo conselho de classe. O conselho de professores tem por objectivo chegar a um consenso sobre qual deverá ser a situação final do aluno. Existem casos em que os alunos têm notas fracas, que não são suficientes para transitar de nível. Se estes alunos forem disciplinados (chegarem a escola a tempo e horas, serem assíduos, “pacíficos”, etc.), voluntários para resolução dos trabalhos no quadro, entre outros indicadores, que mostram bom comportamento, o conselho pode decidir desta forma levá-los para o nível seguinte. Contudo, para a decisão acerca da situação do aluno, os professores poucas vezes levam em consideração a opinião dos pais e encarregados de educação.

Segundo as direcções das escolas visitadas, as escolas possuem mecanismos formalizados e os aplicam visando avaliar o trabalho realizado por todos os intervenientes do processo educacional durante o ano, em algumas escolas, os melhores funcionários chegam a ser até premiados.

Os directores, os professores e conselho de escola são os que participam nas avaliações dos trabalhos realizados pela escola. Nesta avaliação todos têm o direito de dar a sua opinião. Tais opiniões são analisadas e, se a maioria dos membros do conselho estiver de acordo e as ideias estiverem em consonância com as possibilidades da escola são devidamente aplicadas.

A avaliação constitui parte integrante e fundamental do processo educativo. Por via deste procedimento, o professor toma conhecimento real do processo de aprendizagem dos alunos e recolhe indícios para reflectir sobre a eficácia ou não das estratégias pedagógicas adoptadas e define a sua própria estratégia pedagógica. Nesta dimensão, os indicadores tomados em conta para a pontuação

pelos grupos focais e a nível das entrevistas individuais centraram-se sobre o monitoramento do processo de aprendizagem dos alunos, os mecanismos de avaliação, a participação ou não dos alunos no processo de avaliação da sua aprendizagem, a avaliação do trabalho dos profissionais da escola e o uso e divulgação das estatísticas oficiais da escola. Constatou-se que a avaliação dos alunos é feita numa perspectiva mais classificatória e a componente da avaliação com carácter de diagnóstico é bastante secundarizada. Neste sentido, a avaliação coloca os estudantes dentro de uma escala de valores, e fundamenta-se numa perspectiva de avaliação somativa com o objectivo de aprovar ou reprovar o aluno e não é usada para apreciar a situação do aluno e tomar medidas para a modificar.

Consequentemente face ao rol dos aspectos apresentados e tomando em conta também alguns indicadores positivos existentes e realçados esta dimensão foi classificada de razoável. Importa realçar que houve uma contestação generalizada tanto da parte dos professores como da comunidade em geral (pais, encarregados de educação, líderes religiosos e comunitários) da designada *passagem automática* a qual é vista como algo que promove a transição dos alunos sem que estes adquiram os conhecimentos e habilidades exigidas pelo currículo.

Tabela: 5 - Avaliação da aprendizagem dos alunos

INDICADOR	PONTUAÇÃO 0-negativo, 1-médio, 2-bom
Monitoramento do processo de aprendizagem dos alunos	0,5
Mecanismos de avaliação dos alunos	1
Participação dos alunos na avaliação da aprendizagem	0,5
Avaliação do trabalho dos profissionais da escola	1
Acesso, compreensão e uso das estatísticas oficiais	1
Média	0,8

2.4 Gestão Escolar

Segundo alguns alunos, a direcção da escola informa toda a comunidade escolar sobre algumas ocorrências da escola, e desta forma esta consegue de alguma maneira participar na gestão (definição de prioridades e objectivos a alcançar) da escola, embora haja casos (poucos) em que os alunos, não estão envolvidos. Entretanto, na base dos testemunhos colhidos nos grupos focais e nas entrevistas individuais, apenas os provedores (equipa directiva principalmente) têm conhecimento sobre a situação financeira da escola, os encarregados de educação e os alunos sobre este item afirmaram não ter informação. E até afirmam por exemplo que os que têm informação dizem que uma escola é como uma

casa, nem todos precisam saber de quanto existe em dinheiro porque os que têm de saber são apenas os dirigentes. Numa casa, só o pai e a mãe é que têm que saber sobre a economia da casa, cabe apenas os filhos respeitar isso e aceitar. Sendo assim, nem todos precisam saber sobre a situação financeira da escola, porque é algo que os responsáveis e os dirigentes da escola é que devem saber.

Apurou-se que as escolas, aos fins-de-semana, mantêm os portões abertos, possibilitando assim, que os estudantes usufruam dos pátios, mas estes são proibidos de usar as salas de aulas pelo que não podem usufruir do espaço escolar para fins académicos, como a discussão dos trabalhos em grupo ou a revisão da matéria.

Existe nas escolas abrangidas por esta pesquisa, um Conselho de Escola, mas para os alunos o mesmo não se faz sentir. Com efeito, há alunos que não sabem da existência deste e outros que alegam que o mesmo nada faz para resolver os problemas que lhes afectam. Além deste dado, foi possível observar que os membros de conselho de escola onde foi realizada a pesquisa, são fictícios, isto é, as escolas tiveram que encontrar dentro da comunidade escolar para se passarem de membros de conselho de escola, mas quando perguntados sobre as actividades de conselho de escola nada sabiam responder.

Os alunos entrevistados elogiam a escola, pelo facto desta desenvolver actividades em parceria com os demais serviços públicos (campanhas contra a malária, contra a cólera, de prevenção de acidentes de viação, educação para a saúde, etc.) e também pelo facto de os professores, ensinarem os alunos a dialogarem em situações de divergência entre eles. Para além de lhes ensinarem, ilustram com exemplos concretos, em conexão com os directores, pais e encarregados de educação e demais membros da comunidade escolar, os procedimentos a seguir, para a resolução dos conflitos a nível da escola.

Contudo, a prática mostrou que em quase todas escolas, muitos alunos envolvem-se em brigas e agressões na escola, sinal de que a tolerância e o diálogo estão longe do ideário e prática destes. O título ilustrativo, um dos entrevistadores testemunhou uma situação de violência numa das escolas em Xai-Xai, em que uma aluna foi violentamente agredida por outro colega perante a passividade dos restantes, que se limitaram a assistir. Só após a intervenção do guarda é que o problema foi resolvido. Não há informação sobre o que terá acontecido ao aluno agressor e com a aluna agredida.

Em suma, segundo os alunos percebe-se que a escola tem um funcionamento que obedece a um regime democrático favorável, entretanto a sua prática ainda está longe de ser alcançada.

A comunidade escolar ainda não se relaciona directamente com as direcções das escolas. Não têm conhecimento do orçamento da escola, nem têm oportunidade de contribuir com sugestões para o financiamento da escola. Portanto, pode-se considerar que o Conselho de Escola ainda não é devidamente actuante, a sua intervenção não se faz sentir, segundo a opinião dos seus entrevistados. No que diz respeito aos conflitos entre os funcionários, ou ainda entre aluno-professor, o Conselho de Escola não é actuante a fim estabelecer um campo de diálogo entre os intervenientes do conflito em causa.

Parte-se do princípio de que é no convívio salutar entre todos os intervenientes do processo educativo tanto na escola como na comunidade envolvente (directores, professores, alunos, pais, encarregados de educação, famílias, líderes comunitários e religiosos) que se aprende a vivência de um relacionamento interpessoal salutar, onde as pessoas exercitam diariamente a capacidade de se posicionar na sociedade em defesa das suas ideias e princípios com abertura, clareza e simplicidade, respeitando outras visões e perspectivas, buscando ajuizar de forma crítica os passos a seguir e as decisões a tomar.

O nível de participação dos Conselhos de Escola e a sua efectiva contribuição está muito aquém do desejável para uma gestão democrática na escola. Na pesquisa deparamo-nos com casos de escolas cujos membros não foram capazes de explicar que funções desempenham nos mesmos. A título de exemplo temos em EPC Patrice Lumumba de Xai-Xai em que a aluna membro do conselho de escola não sabia que fazia parte do conselho de escola. Face ao rol de situações apresentadas a classificação tende para o razoável a tender para o negativo.

Os participantes realçaram a necessidade da formação dos gestores escolares em administração escolar para que estes exerçam com mais competência as tarefas que lhes são cometidas. Por outro lado, no distrito do Alto Muloqué foi referida a importância de se nomearem os directores de escolas na base da competência e não na confiança politico-partidária.

Tabela 6: Gestão Escolar

INDICADOR	PONTUAÇÃO 0-negativo, 1-médio, 2-bom
Informação democratizada	0,5
Estruturas Escolares Actuantes	1
Participação Efectiva da Comunidade	0,5
Parcerias Locais e Relações da Escola com os Serviços Públicos	0
Tratamento dos Conflitos do dia-a-dia	0,5
Média	0,5

2.5 A formação e as condições de trabalho dos profissionais da escola

Grande parte das escolas não possuem professores pedagogicamente formados. E não só, também, os demais colaboradores da escola não possuem formação adequada, para exercer suas funções. A existência de professores sem formação tem implicações para o desempenho dos alunos na sala de aula, pois estes não têm a capacidade de influenciar os alunos a estudar e têm dificuldades em explicar as matérias. Mas há que salientar o caso particular da EPC de Muxara – Pemba que, segundo o depoimento do Director da Escola, deu para perceber que os professores formados estão muito menos preocupados em planificar e dar aulas, diferentemente dos professores sem formação, algo que se pode notar a partir da sua avaliação de desempenho.

À luz dos testemunhos colhidos, o Ministério de Educação e Cultura e algumas ONG's, têm promovido nas escolas, com alguma regularidade, cursos de capacitação, mas os beneficiários costumam ser, simplesmente, os professores e os directores excluindo assim outros colaboradores da escola. Não são raros os casos em que os professores não se encontram capacitados, para trabalhar com os alunos portadores de alguma deficiência, o que dificulta a aprendizagem destes por maior que seja a motivação de que sejam portadores. Um dos aspectos levantados em entrevistas com o grupo focal dos professores, muitos deles além de se queixarem de formação, que é muito rara, e, quando existe, beneficia a maioria das professoras e pessoas com ligações próximas à direcção. Queixam-se também de atrasos no desembolso de salário (caso particular de EPC de Nanjua em Ancuabe).

Um grande problema, que as escolas enfrentam, é o da insuficiência de salas de aulas, o que obriga, a existência de turmas numerosas para assegurar que todos alunos tenham pelo menos vaga. Desta maneira, criam-se turmas numerosas e os professores não conseguem dar assistência nem sequer à

metade dos seus alunos, e o rendimento destes, naturalmente, é afectado negativamente por essa situação. Por causa da insuficiência de salas de aulas, em alguns casos, a direcção da escola, juntamente com a comunidade tem feito o esforço de construção de salas anexas a escola com material local.

Também se regista a falta de funcionários, principalmente contínuos e os entrevistados consideraram este um dos factores, se bem que não o único, que faz com que as casas de banho estejam na maior parte das vezes em condições péssimas. Existem exemplos de escolas sem contínuos mas com casas banho e pátio em boas condições, a título de exemplo na EPC de Mussengue, os alunos e professores, desenvolvem actividades de limpeza da casa de banho e do pátio.

Os directores afirmam ser rigorosos no que respeita à pontualidade e assiduidade, tanto por parte dos professores, assim como dos funcionários, mas verifica-se que há professores que chegam tarde porque vivem longe das escolas e dependem do transporte público. Também há alunos que não conseguem chegar a tempo às aulas, por causa da distância entre a casa e a escola. Mas este factor, foi combatido em Ancuabe na EPC de Nanjua, onde a direcção da escola e comunidade construíram salas de aulas, anexas a escola, para atender às 1^{as} classes.

Uma das dificuldades expostas pelos entrevistados (professores) prende-se com o facto de não disporem de conhecimentos, habilidades e competências, para lidar com alunos com necessidades educativas especiais, situação que os constrange no exercício quotidiano das suas atribuições, como educadores tanto na sala de aula como fora dela. Os colaboradores afectos ao corpo administrativo e outras áreas queixam-se de não serem contemplados nos programas de formação contínua, os quais cingem-se aos professores. Importa referir que as poucas formações que os professores têm não contemplam assuntos da área das necessidades educativas especiais. Ademais, um factor curioso observado em algumas escolas, prende-se ao facto de além da escola não dispor de professores qualificados ou com formação sobre esta matéria, os que existem são transferidos para outras escolas, deixando a tal escola com um défice.

Face ao rol de indicadores, considera-se que esta dimensão está aquém do razoável, pelo que a classificação tende para ser negativa.

Tabela 7 - Formação e Condições de Trabalho dos Profissionais da Escola

INDICADOR	PONTUAÇÃO 0-negativo, 1-médio, 2-bom
Grau de satisfação com as condições de trabalho	0
Formação contínua dos professores	0
Suficiência da equipa escolar	1
Assiduidade da equipa escolar	1
Estabilidade da equipa escolar	1
Média	0,6

2.6 *Ambiente Físico da Escola*

Conforme a observação directa efectuada nas diversas escolas abrangidas por esta pesquisa, os alunos dispõem apenas do material escolar básico (lápiz e caderno), mas não possuem material complementar, necessário para certas aulas como sejam (lápiz de cor, régua e borrachas, esquadros, mapas, etc.). Muito do material existente é mal cuidado e grande parte dos alunos escreve nas capas dos livros. Também existem vários alunos que não possuem pastas para o material escolar e colocam-no em sacos de plástico e em capulanas. Há os que levam o material nas mãos e, como consequência, estragam os livros e perdem os lápis ou canetas. Os professores não sensibilizam os alunos sobre a necessidade de manterem o material escolar em ordem. Esforços adicionais para manter o livro bem cuidado são feitos no âmbito da responsabilização dos pais e encarregados de educação pela direcção da escola no momento de entrega dos livros, mas mesmo assim, os livros continuam a ser mal cuidados.

No que diz respeito aos livros escolares, estes são visivelmente insuficientes. Com efeito, segundo alguns professores a proporção é de um livro para seis alunos. Esta situação faz com que a assimilação das matérias seja muito retardada e como consequência o rendimento no final do trimestre também é baixo. Notou-se situações em que alunos de 1ª classe, até ao fim do 1º trimestre não tinham os tais livros, este é o caso da EPC de Paquete em Milange. A distribuição dos livros é feita num dia e dada a sua insuficiência apenas os alunos, que estão presentes, os recebem pelo que os restantes ficam sem livros devendo partilhar com os alunos que receberam os livros. Os SDEJT afirmam que há problemas de planificação escolar, isto é, a escola não consegue fazer um levantamento real junto à comunidade de quantos alunos por exemplo no ano seguinte irão ingressar para o sistema escolar. Por isso, o número enviado pela escola aos SDEJT muitas das vezes não coincide com o número real de alunos

que ingressaram para o ensino, havendo daí um déficit deste material. A direcção apenas disponibiliza o número de livros solicitado pela escola mesmo que tenham ingressado mais alunos.

Os alunos queixam-se particularmente da falta de material para desenho porque, segundo eles, o mesmo é caro e a maior parte das famílias não possuem recursos, para a sua aquisição.

Os alunos não são os únicos afectados pela carência de material, para o seu trabalho, mas também os professores. Estes têm somente o giz em quantidades razoáveis, mas não tem mapas, brinquedos e quadros e outros materiais. Também não os produzem com material local como especifica o currículo.

Um dos maiores problemas das escolas está na insuficiência de casas de banho e latrinas além do seu uso inadequado. As latrinas não estão preparadas para atender os alunos com necessidades educativas especiais (casas de banho sem rampas). A EPC de Natite, é um dos exemplos de mau uso das casas de banho, presencia-se alunos que não chegam a entrar nas casas de banho em caso de necessidade, fazendo-as mesmo ao relento, à volta da casa de banho, isto, mesmo na presença de contínuos e da direcção da escola. Importa referir o caso alarmante da EPC de Muxara, em que existe apenas uma casa de banho, tanto para homens e mulheres, assim como para professores e alunos.

Outra grande inquietação por parte dos estudantes é a falta de carteiras, uma vez que as existentes encontram-se degradadas por falta de manutenção. Esta situação de certo modo influencia para o estado da conservação dos livros e de outros materiais de ensino e aprendizagem.

A título de exemplo, na EPC de Natite, existem 18 salas na escola, destas apenas 3 é que têm carteiras, e a maioria dos alunos sentam no chão e nas pedras que usam como carteiras. Mesmo as salas com carteiras estão todas em más condições de conservação. Em contrapartida, existem cadeiras suficientes para os professores mas, o número de secretárias é inferior em relação ao número de cadeiras.

Quanto às salas de aulas, estas não são suficientes, existindo ainda turmas que têm aulas debaixo das árvores. Mas para os alunos, que estudam em salas, o problema é superlotação (cerca de 80 alunos por sala), dificultando assim a interacção aluno/professor. As escolas visitadas têm falta de bibliotecas e salas de leitura. Dentre as escolas abrangidas pelo estudo, apenas a EPC Pista Velha em Alto-Molocué é que dispõe de biblioteca, esta não dispõem de livros em número suficiente para os alunos. E em muitas vezes não abre para o seu uso.

Os alunos podem usar os pátios da escola para educação física ou para brincar, pois, estes normalmente encontram-se em boas condições, são limpos, bem cuidados e seguros. Nem todos os pátios estão ou são seguros porque outros como o da EPC de Natite e Muxara em Pemba são abertos e por eles passam as pessoas da comunidade a qualquer hora distraindo os alunos em tempo de aulas. Para além dos contínuos, os professores e os alunos também colaboram para a limpeza e manutenção destes pátios. Estes pátios normalmente possuem jardim e árvores, os alunos aprendem a cuidar delas e não só, também aprendem algumas técnicas básicas de agricultura (enxertos e o plantio de hortaliças).

O grande problema nos pátios e na escola em geral é a falta de caixas de lixo, mas mesmo assim, dados apurados pelas observações indicam, que os professores têm trabalhado, no sentido de sensibilizar os alunos a manter a higiene. Esta sensibilização é feita na sala de aulas e através de palestras para os alunos e para os encarregados de educação, não só, mas também na altura de concentração dos alunos nas horas de início dos turnos, trata-se da explicação feita pela direcção. A maioria das escolas visitadas não tem nenhum tipo de vedação, o que cria conflitos com a população. Uma observação dos entrevistados foi que seria importante fazer face a esta situação mesmo recorrendo-se a material não convencional.

Analisados os indicadores para a avaliação desta dimensão conclui-se com base nas observações, que a pontuação fica aquém do razoável, havendo necessidade de um maior incremento de acções para a melhoria do ambiente físico das escolas.

Tabela 8 – Ambiente Físico da Escola

INDICADOR	PONTUAÇÃO 0-negativo, 1-médio, 2-bom
Disponibilidade de materiais escolares	0,5
Existência de casas de banho suficientes	0,5
Existência de água na escola	0,5
Existência de carteiras para os alunos	0,5
Existência de pátio escolar	0,5
Média	0,5

2.7 *Acesso, Permanência e Sucesso*

Entre as causas do número excessivo de faltas cometidas pelos alunos estão a distância casa - escola, porque as escolas localizam-se muito longe, para além de doenças e trabalhos de casa.

Na opinião dos pais e encarregados de educação, dos alunos, e jovens fora da escola, normalmente boa parte das crianças com idade escolar, frequenta a escola, o que tem acontecido é que ao longo de tempo, estas crianças têm tendência a desistir pelos seguintes motivos:

- Distância casa – escola;
- Falta de incentivo e controle por parte dos pais e encarregados de educação;
- Por obrigação dos pais (alguns pais e encarregados de educação mandam aos seus filhos, vender nos mercados, trabalhar na machamba, apascentar o gado, etc.);
- Condições de vida difíceis (os alunos órfãos ou demasiado pobres são obrigados, a procurar trabalho para sustento próprio e ou das suas famílias);
- Falta de auto motivação – por parte do aluno;
- Falta de referência nas suas comunidades, isto é, pessoas que tenham um reconhecimento na comunidade pelo facto de ter ido alguma vez a escola;
- Casamentos prematuros.
- Abandono das crianças pelos pais e encarregados de educação;
- Situação de assédio nas escolas;
- Maus tratos por parte da direcção da escola e por parte de alguns professores.
- Em algumas regiões, para o caso da mulher vigora a concepção de que esta não pode progredir na educação.

Embora as escolas afirmem terem estratégias traçadas para minimizar a situação das desistências através da realização de palestras para os pais/encarregados de educação e para a comunidade no seu todo, a fim de mostrar os benefícios da educação e motivar os alunos, na realidade segundo as constatações dos entrevistadores pouco se faz, na prática para evitar a ocorrência de desistências por parte dos alunos. Há que salientar que na EPC de Mussengue, os pais e encarregados de educação são multados pelas faltas e desistências dos filhos. A escola com ajuda da comunidade e dos líderes têm multado os pais destas crianças. As campanhas feitas neste sentido têm sido realizadas pelas organizações da sociedade civil e ONGs internacionais.

As escolas realizam campanhas de mobilização junto aos encarregados de educação no sentido de que estes matriculem os seus educandos. Vêmos no início do ano muitas crianças a ir a escola e os pais a matricularem, há muita afluência no tempo de matrícula, todos querem meter os filhos na escola, disse o Director distrital de educação de Manjacaze.

Os pais manifestaram que para além da educação formal, o ideal seria que a escola fornecesse à comunidade outro tipo de formação, voltada para a satisfação das necessidades locais. Porém isto não se verifica o que constitui factor de preocupação para a comunidade.

Face as considerações apresentadas em torno desta dimensão constata-se que um dos maiores desafios da escola é fazer com que as crianças e jovens, que nela ingressam permaneçam e consigam chegar aos níveis de ensino cimeiros, e em idade apropriada. Este propósito envolve também os adultos. Este desafio implica conhecer os alunos que na nossa escola tenham maior dificuldade de aprendizagem, os alunos que cometem mais faltas, os que abandonam os estudos ou desistem. Esta perspectiva abrange também saber onde os alunos vivem, que dificuldades enfrentam no seu dia-a-dia, os motivos do abandono ou da desistência, e na natureza das actividades que exercem após o abandono. Implica também um esforço, por parte da escola e da comunidade no sentido de trazê-los de volta. A busca de respostas para estas questões é conseqüentemente a busca de estratégias para fazer com que a escola proporcione a oportunidade de aprendizagem a todos os cidadãos.

As escolas têm feito um esforço de melhorar a sua relação com a comunidade o que é positivo. Mas estas, muitas vezes não têm colaborado. A comunidade espera da escola uma actuação mais focalizada sobre a realidade envolvente, uma interacção maior com as famílias, com uma aposta mas ainda subsistem grandes constrangimentos neste processo, e por isso a média geral das pontuações tendeu para o razoável, indicando que ainda há muito a fazer para se melhorar a qualidade da prestação dos serviços da educação nas escolas.

Tabela 9 – Acesso, permanência e sucesso

INDICADOR	PONTUAÇÃO 0-negativo, 1-médio, 2-bom
Assiduidade dos alunos	0,5
Abandono e desistência	0,5
Atenção aos alunos com dificuldades de aprendizagem	0,5
Atenção às necessidades educativas da comunidade	0,5
Média	0,5

2.8 *Escolas amigas da criança*

As entrevistas realizadas na Escola Primária Completa de Ngungunhane, na província de Gaza, que também é sede da ZIP local, mostraram que a iniciativa das Escolas Amigas da Criança trouxe profundas mudanças nas escolas a nível dos processos o que promove a qualidade de ensino. Como resultado, os intervenientes do processo revelam-se satisfeitos com o trabalho realizado e afirmam que os índices de retenção e aprovação melhoraram e os índices de desistência reduziram substancialmente. Os entrevistados a nível da direcção justificam as mudanças ocorridas argumentando que esta iniciativa possibilitou a formação e capacitação dos professores, membros de conselho de escola envolvidos e a realização de Jornadas pedagógicas a nível das ZIP's. Neste sentido, os professores fazem a monitoria das aulas, a interacção entre a escola e a comunidade tem melhorado, e esta passou a ser olhada pelos alunos e pais “como sua casa”. Face ao investimento na formação, melhorou também o respeito pelos direitos das crianças e a aplicação da Educação Inclusiva nestas escolas. A avaliação contínua passou a estar no centro de ensino e aprendizagem. Para o efeito foram introduzidos dois tipos de cadernos de registos: o Caderno Diário e o Caderno de Desempenho, onde se registam as informações mais relevantes sobre o progresso dos alunos. Igualmente foram introduzidas novas metodologias de trabalho no seio do corpo docente.

A iniciativa EAC segundo o director da escola fez com que pais/encarregados de educação e a comunidade ganhassem maior consciência sobre o seu papel na educação dos filhos, criando deste modo uma maior colaboração entre as partes envolvidas no processo de ensino e aprendizagem. Esta iniciativa permitiu também, que os utentes conhecessem e respeitassem os direitos das crianças; ganhassem maior preocupação com o aproveitamento escolar dos filhos, e apostassem mais na realização de visitas às escolas e aos professores assim como assistências às aulas;

Os alunos entrevistados afirmam que a escola passou a ter mais atenção para com eles e maior respeito e zelo em prol do conhecimento, divulgação e aplicação dos seus direitos. Com efeito, tanto os professores como os alunos conhecem melhor os seus direitos e asseguram a implementação dos mesmos. Por isso, os alunos passaram a sentir-se mais à vontade na escola, o que, segundo os entrevistados, contribuiu para a redução dos índices de desistência.

Nesta escola, o quadro silábico é valorizado e, segundo os professores e a direcção da escola, os alunos da 1ª já reconhecem de forma clara as letras e as palavras e os da 2ªs classes já sabem ler,

Um dos aspectos reforçados pela iniciativa é o facto de que, a partir das formações, os professores reconhecem a importância e os objectivos da planificação, o que facilita sobremaneira o processo de realização desta actividade. Neste âmbito, os professores passaram a dar maior peso à sua auto-avaliação, a fim de reforçar ou rever estratégias em função dos resultados.

A iniciativa possibilitou a união entre o conselho de escola e a direcção da escola. Nesse âmbito, o presidente do CE afirma que estes dois órgãos passaram a andar de forma conjunta e paralela, pois este órgão passou a conhecer mais claramente o seu papel, suas obrigações e deveres, assim como a noção de que representa o órgão máximo de uma escola. De igual forma, esta escola promove uma ligação mais estreita entre a escola e os centros de saúde. Neste sentido, em caso de doença, os alunos passaram a ser encaminhados directamente ao Centro. No âmbito das relações cordiais com as instituições sanitárias, ocorrem com regularidade palestras do pessoal da saúde na escola.

De acordo com os entrevistados, esta iniciativa criou no seio da comunidade uma maior procura pela educação escolar (aumento de novos ingressos), mercê do trabalho realizado pelo Conselho de Escola junto à comunidade.

Antes da iniciativa o número de reprovações por turmas variava de 15 a 20, segundo o Director e actualmente varia de 3 a 5, e muitos destes são casos de doenças.

Segundo o Director da escola, os professores actualmente trabalham para assegurar melhor qualidade da educação e obterem melhor aproveitamento. A motivação dos professores, é assegurada por actividades como a capacitação, a atribuição de prémios aos que melhor desempenham as suas actividades.

Face aos dados expostos, o ambiente escolar e de aprendizagem nas escolas amigas da criança foi classificado pelos provedores e beneficiários de bom, em consonância com as evidências expostas acima.

III. O papel da Sociedade civil

3.1 Papel dos Líderes comunitários, na monitoria da qualidade de Educação

Os líderes comunitários, têm um papel muito importante na educação, pois estes têm o dever de influenciar as crianças a gostarem da escola. Esta influência pode ser realizada directamente com as crianças ou através dos encarregados de educação. Neste contexto, os líderes, também devem conhecer as dificuldades que a escola enfrenta e desta maneira proporem ao conselho de escola ideias construtivas para o desenvolvimento da mesma. Com efeito, conhecendo os problemas das escolas, os líderes, também podem ser mediadores interagindo com o governo para a resolução de dilemas que estejam fora do seu alcance.

Os líderes comunitários devem também propor ideias para resolução de conflitos internos existentes a nível da escola. Para o efeito, eles devem estar sempre actualizados no que diz respeito à situação dos alunos, dos professores, dos funcionários e dos demais colaboradores.

De acordo com as entrevistas efectuadas, a situação que se tem registado no que respeita ao comportamento dos líderes é em parte oposta ao que acima fora descrito. Os líderes comunitários não contribuem de forma satisfatória para o desenvolvimento das escolas e muitas das vezes, não têm conhecimento das dificuldades que a escola enfrenta. Também não dão atenção suficiente à sensibilização das crianças, isso acontece porque, na maior parte dos casos registados, com algumas excepções, os líderes comunitários não conseguem avaliar o impacto da sua influência em prol da educação, na qualidade de líderes de opinião.

Normalmente os líderes costumam, simplesmente estar presentes nas escolas, no dia da abertura do ano lectivo.

Em suma pode-se afirmar que o papel dos líderes comunitários na educação não é devidamente cumprido, visto que estes podem e deveriam dar mais apoio às escolas para melhorar a sua situação e contribuir para garantir a qualidade de ensino.

3.2 *O papel das famílias na educação escolar*

As famílias, particularmente os pais e/ou encarregados de educação, tem um grande papel a desempenhar no processo de educação das crianças nas escolas. Este papel, advém do facto de que os pais ou encarregados de educação conhecem profundamente o meio em que os educandos passam uma parte significativa do seu tempo, que é o seio familiar.

No seio familiar a criança interage com os outros membros do agregado familiar, desenvolve a sua personalidade, prepara os seus deveres da escola, desenvolve actividades de auto-estudo, sob o acompanhamento dos pais e encarregados de educação. Estes, conhecem ou devem conhecer no detalhe a personalidade, as capacidades e competências, dos seus educando o que pode permitir que aqueles dêem uma contribuição adequada e qualificada no processo de educação de crianças na sua escola.

Os pais e encarregados de educação quando estão ligados à escola da sua comunidade podem também obter conhecimentos sobre os programas escolares dos seus educandos, os problemas que os alunos enfrentam no processo de ensino e aprendizagem na escola, as exigências regulamentares nas escolas, o que permitirá municiá-los de bases que possam ser usadas no aconselhamento dos professores e directores das escolas no processo de educação das suas crianças.

Assim a participação dos pais e encarregados de educação ou das famílias em geral, na vida das escolas permite que:

- Os pais e encarregados de educação conheçam melhor os problemas das escolas e da educação das suas crianças, o que permitirá melhorar a qualidade das suas intervenções no processo educativo das suas crianças;
- Os professores e directores das escolas disponham de um aconselhamento eficaz dos pais e encarregados de educação sobre como melhorar a educação dos filhos;
- Se desenvolva algum sentido de prestação de contas por parte dos directores das escolas e professores, o que ajuda a melhorar a transparência;
- Sobretudo, nos primeiros anos da vida escolar das crianças, a aproximação dos pais, encarregados de educação e famílias no geral permite aumentar o nível de confiança por parte dos educandos, dando-lhe a sensação de que a escola é o prolongamento do seio familiar

Em suma a participação das famílias, dos pais e encarregados de educação, faz com que a educação não se dissocie das raízes da comunidade, esteja mais ligada aos problemas das famílias e das comunidades o que ajuda a evitar alienação e marginalização da educação.

Segundo as entrevistas feitas aos pais/encarregados de educação, aos alunos e aos professores, os pais e encarregados de educação tem muitas vezes estado presentes e comprometidos com a educação escolar dos seus educandos. Nesse âmbito, os pais encorajam aos filhos a irem a escola. Para influenciar seus filhos, os pais falam acerca das vantagens que a educação pode proporcionar. Indo mais além, os pais também se inteiram das actividades das escolas e tentam na medida das suas possibilidades, colaborar com fundos monetários e com ideias construtivas. Procuram também, com determinada frequência conhecer a situação escolar dos seus educandos.

Há que realçar que nem todos os pais e encarregados de educação, assumem esta visão em torno do carácter primordial da educação. Em alguns casos, eles, os pais, não permitem que seus educandos frequentem as escolas, alegando que estes devem simplesmente cuidar das actividades domésticas (ir a machamba, cuidar do gado, cuidar da casa, etc.). As mulheres das zonas rurais alegam que têm dificuldades de progredir a nível educacional. Os pais comportam-se desta maneira, aparentemente não têm noção dos benefícios que a educação pode proporcionar aos seus educandos e também, em outros casos, pressionados pelas dificuldades inerentes à luta pela sobrevivência em contextos de extrema carência. Sendo assim recomenda-se aos professores, líderes comunitários, entre outros que conhecem tais benefícios para que sensibilizem os encarregados.

3.3 *O papel dos Conselhos de Escola*

De acordo com o Regulamento das Escolas do Ensino Primário, o Conselho de Escola, como órgão máximo da escola, tem como função garantir a gestão democrática solidária e co-responsável da escola e ajustar os planos centrais ou provinciais à realidade da escola.

O conselho de escola tem por objectivo a defesa dos interesses colectivos da comunidade escolar, uma vez que reúne diferentes segmentos (directores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade) para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projecto político-pedagógico da escola.

O estabelecimento dos CE, constitui uma forma de envolver os diferentes segmentos da comunidade local e escolar na gestão da escola e na procura de soluções para os problemas encontrados por esta a

nível local. Esse processo possibilita uma aprendizagem colectiva, cujo resultado deveria ser resultado o fortalecimento da gestão democrática na escola. O CE deve reunir pelo menos 3 vezes por ano para aprovar o plano da escola e analisar a situação e resolver os problemas encantados e aprovar o relatório de contas da escola.

Contudo, de acordo com os dados colhidos nas 13 escolas visitadas ao longo da pesquisa, em apenas uma e única escola o Conselho de Escola se terá reunido. Geralmente os membros do CE fazem-se presentes apenas na cerimónia de abertura do ano lectivo. A presença do Presidente do Conselho de Escola é indispensável nos processos de gestão do fundo do ADE para assegurar o cumprimento das regras de utilização destes fundos. A maioria das escolas visitadas não possuem plano de desenvolvimento da escola e os membros dos Conselhos de Escola não são envolvidos na aprovação do relatório anual da escola. Com estas constatações pode-se considerar que o potencial dos CE não é explorado para a gestão participativa das escolas visitadas.

Importa destacar a nível do funcionamento do CE o caso do EPC Ngungunhane em Chibuto, onde diferentemente dos locais seleccionados para o estudo, a relação entre os membros da comunidade escolar e do Conselho de Escola é óptima, pelo que constitui uma referência positiva a respeito da capacidade e possibilidade de sucesso do trabalho deste órgão.

IV. Em conclusão

Esta pesquisa tinha em vista, como se afirmou inicialmente, avaliar a qualidade dos serviços da Educação do país na perspectiva do beneficiário, assim como o seu grau de satisfação aos aspectos que em grande medida afectam a qualidade da aprendizagem na escola.

As entrevistas revelam algumas disparidades entre opiniões tanto dentro dos grupos como entre os grupos na percepção dos problemas que afectam a qualidade da educação. Importa registar, neste âmbito, a dificuldade que os intervenientes no processo ainda têm de expor com abertura e frontalidade as suas opiniões, sobretudo quando são contrárias às das entidades da educação.

Apesar das limitações, a pesquisa apurou que existe uma percepção generalizada de que a qualidade de ensino continua a ser negativa e deficitária constituindo, a sua melhoria, um desafio enorme para todos os seus intervenientes. A comunicação entres as várias estruturas da educação e a comunidade, sobretudo os pais é ainda fraca apesar da existência de Conselhos de Escola pois estes nem sempre são representativos e cumprem com zelo o seu papel. Os alunos reprovam e desistem da escola pois não sentem que a educação faz grande diferença em termos da sua ascensão social ou económica, preferindo ganhos imediatos à frequência às aulas.

Em relação à dimensão do Ambiente Sócio-Cultural foi indicado que ocorrem nas escolas situações de violência tanto entre os alunos assim como de professores para os alunos. Verifica-se que professores existem que não respeitam os seus alunos chegando em casos extremos a agredi-los fisicamente, sem que medidas sejam tomadas para evitar estas situações. Existem pais que obrigam os seus filhos a trabalharem na machamba, na venda de lenha, pastagem do gado e noutras actividades para aumentar o rendimento, em detrimento de actividades da escola. A distância da casa para a escola também constitui um problema para as crianças, sobretudo as mais pequenas. O envolvimento da comunidade no apoio à escola nem sempre é o desejado. Muitos membros da comunidade escolar participam apenas nas reuniões do início do ano lectivo.

No que respeita à dimensão da Prática Pedagógica, os professores reconhecem que nem sempre realizam todas as actividades previstas no currículo com os alunos. Os professores nem sempre implementam o currículo local e o estudo do meio em que estão inseridos os alunos, limitando-se a aplicar o que está contido nos manuais escolares. Os professores têm apenas os manuais escolares como instrumentos de trabalho, não possuindo outros materiais para o ensino (mapas, cartazes, livros

de leitura, etc). Estes não produzem materiais escolares simples para apoio às suas actividades lectivas, como recomendado no currículo do Ensino Básico. A planificação das aulas por parte dos professores é irregular. Nalgumas escolas os professores fazem-na quinzenalmente e noutras a planificação é feita trimestralmente. Há professores que chegam tarde às aulas porque vivem em locais distantes das escolas e dependem do transporte público. Nota-se, igualmente que, mesmo nos intervalos entre as aulas, há professores que não entram a tempo na sala de aulas, originando perdas importantes do tempo de trabalho com os alunos.

Os alunos têm falta de materiais escolares, sobretudo os livros escolares de distribuição gratuita que nem sempre chegam para todos. De recordar que este é praticamente o único material disponível para a aprendizagem. As maiores faltas de material verificam-se para as disciplinas como Ofícios, Música e Desenho. Os alunos ingressam à escola com 10 anos ou mais, ao invés de entrarem com 6 e, por causa da reprovação, chegam a terminar a escola primária quando são adultos, situação leva a que alunos adultos convivam com crianças nas escolas primárias. Estas situações são mais comuns nas províncias da Zambézia e Cabo Delgado, ao contrário de Gaza. Na província da Zambézia e mais em particular em Milange os jovens tendem a iniciar a vida laboral em idades precoces procurando obter o sustento para eles e para as suas famílias ao invés de investir na Educação.

No contexto pedagógico, ficou ainda patente a necessidade de maior intervenção da comunidade na transmissão da cultura, hábitos saudáveis da comunidade sobretudo no que diz respeito a actividades como agricultura, pesca, artesanato, arte de narrativa de contos tradicionais, jogos e brincadeiras tradicionais. O currículo local poderia ser uma alternativa para o desenvolvimento, no seio dos alunos de competências nestas áreas.

Atinente à dimensão Aprendizagem dos Alunos, nota-se que nem sempre os professores promovem aulas práticas, e avaliações individuais, alegando que as turmas são numerosas. As entrevistas mostram que a participação dos alunos e dos encarregados de educação no processo de avaliação da sua aprendizagem não se faz sentir. Constata-se que a avaliação dos alunos é feita numa perspectiva mais classificatória e a componente da avaliação com carácter de diagnóstico é bastante secundarizada. A avaliação não é usada para apreciar em que medida o aluno assimilou ou não a matéria, em que matérias têm dificuldades para depois desenvolver estratégias para superar os problemas constatados.

A atenção aos alunos com necessidades educativas especiais é deficiente porque os professores não estão bem formados para os atender e por outro lado não têm tempo alegando que as turmas são

enormes. Professores existem que não concordam com a promoção por ciclos de aprendizagem. Alguns pais também corroboram com esta posição, pois acham este sistema de avaliação inadequado porque promove os alunos sem conhecimentos.

No concernente à dimensão Gestão Escolar foi indicado que a mesma é muito centralizada nas autoridades escolares e não toma em conta a participação da comunidade. As escolas aproximam-se da comunidade quando se trata de pedir apoios de financiamento ou para a construção de salas, mas raras vezes prestam contas à esta sobre as suas actividades, incluindo os fundos que recebem (ADE, orçamentos escolares e contribuições da comunidade, etc). Assim como a comunidade, os alunos não são envolvidos na gestão da escola, nem mesmo através dos Conselhos de Escola.

O acesso à informação sobre a utilização dos fundos escolares, em particular o ADE não é de domínio público como reza o regulamento de gestão destes fundos. De igual modo, nas visitadas escolas não existem livros de registo, nem uma comissão para o registo e recepção do material adquirido pelas escolas.

Os CE na prática não existem nas escolas visitadas, à excepção da EPC do Chibuto. Os Conselhos de escola não reúnem nem deliberam conforme estipulado no Regulamento Geral das Escolas Primárias e o seu papel resume-se ao apoio para a utilização dos fundos do ADE. Os entrevistados realçaram a necessidade de formação para dos directores e outros gestores escolares para que estes possam executar com mestria as tarefas que lhes são acometidas. No distrito do Alto Muloqué foi referida a importância de se nomearem os directores de escolas na base da competência e não na confiança político-partidária que é o que sucede nesta região do país. Por outro lado, alguns entrevistados notaram que, no distrito de Milange, os gestores da educação a nível distrital dedicam-se mais à realização de actividades político-partidárias em detrimento da realização de trabalho relacionado com a educação.

Quanto à dimensão Formação e as Condições de Trabalho dos Profissionais da Escola, nota-se que grande parte das escolas não possuem professores pedagogicamente formados. Também, os demais colaboradores da escola não têm formação adequada, para exercer suas funções. Não são raros os casos em que os professores não se encontram capacitados, para trabalhar com os alunos portadores de alguma deficiência, o que dificulta a aprendizagem destes por maior que seja a sua motivação.

Regista-se a falta de funcionários, principalmente pessoal de secretaria e contínuos. Os entrevistados consideraram a falta de contínuos, a par da má utilização das casas de banho são factores condicionam o seu péssimo estado.

Sobre a dimensão do Ambiente Físico da Escola regista-se que as escolas não dispõem infraestruturas suficientes e em condições para a boa prática pedagógica. As escolas debatem-se com falta de salas de aulas suficientes o que faz com que existam muitas turmas que têm aulas debaixo das árvores. Uma parte importante dos alunos estuda sentada no chão por falta generalizada de carteiras nas escolas. As escolas visitadas têm falta de bibliotecas e salas de leitura. Há insuficiência de casas de banho e latrinas e as que existem são usadas de forma inadequada. As latrinas não estão preparadas para atender os alunos com necessidades educativas especiais.

Os alunos dispõem apenas do material escolar básico (lápiz e caderno), mas não possuem material complementar, necessário para certas aulas como sejam (lápiz de cor, régua e borrachas, esquadros, mapas, cadernos, etc.). Muito do material existente é mal cuidado e grande parte dos alunos escreve nas capas dos livros escolares.

Não existe um trabalho sistemático de sensibilização dos alunos sobre a necessidade de manterem o material escolar limpo cuidado e em ordem o trabalho de sensibilização só é feito no momento em que os livros são distribuídos. Os livros escolares de distribuição gratuita são visivelmente insuficientes. Os alunos queixam-se particularmente da falta de material para desenho porque, segundo eles, o mesmo é caro e a maior parte das famílias não possuem recursos, para a sua aquisição.

A maioria das escolas visitadas não tem nenhum tipo de vedação, o que cria conflitos com a população. As escolas têm falta de caixas de lixo, mas mesmo assim, dados apurados pelas observações indicam, que os professores têm trabalhado, no sentido de sensibilizar os alunos a manter a higiene.

No que respeita à Dimensão relativa ao Acesso, Permanência e Sucesso verifica-se que os alunos faltam muito às escolas alegando a distância casa – escola. Para além das distâncias outras causas que afectam a assiduidade dos alunos prendem-se com as doenças, e os trabalhos de casa.

As crianças tendem a desistir da escola por causa das distâncias casa – escola, falta de incentivo e de controlo por parte dos pais e encarregados de educação, por causa dos trabalhos que têm que realizar em casa, devido à pobreza, por falta de motivação e valorização da escola, devido aos casamentos

prematturos e o assédio nas escolas, maus tratos por parte na escola. Em algumas regiões, para o caso da mulher vigora a concepção de que esta não pode progredir na educação devendo trabalhar em casa.

Como resultado das constatações, verifica-se que muitos alunos 7ª classe entrevistados na cidade de Pemba, terminam a escola sem terem capacidade de se comunicar na Língua Portuguesa, o que mostra que a escola não está a realizar o seu papel no âmbito do desenvolvimento de competências linguísticas e comunicativas na língua oficial.

As escolas não dispõem de projectos educativos e planos de desenvolvimento da escola preparados para lidarem com os problemas que enfrentam. Por isso, as escolas acabam não desenvolvendo a sua identidade própria que permita a adequação das finalidades definidas centralmente à realidade concreta da comunidade escolar, não se inserindo na sua região.

A fraca preparação dos professores e a falta de programas de formação contínua bem como a falta de supervisão sistemática por parte dos superiores, prejudica o desempenho destes e afecta a qualidade do processo de ensino na escola e, como consequência resulta na fraca aprendizagem dos alunos na sala de aula. Neste sentido, a experiência da Escola que integrada no projecto de Escolas Amigas da Criança mostra uma situação contrária, pois os professores recebem apoio em formação e acompanhamento. Por outro lado, muitos professores trabalham contrariados já que acham que os seus direitos estão sendo violados e não são promovidos na carreira profissional.

Em conclusão, os pais e a comunidade no geral reconhecem que o ensino no país atravessa uma fase não muito boa. Na busca de responsáveis pela situação apontam para o Governo que não tem investido verdadeiramente o necessário na criação de condições apropriadas nas escolas e nos professores que têm uma formação deficiente e não recebem um salário condigno. Por outro lado, as direcções do ensino a nível local que não realizam com rigor as suas obrigações de supervisão e acompanhamento dos professores; os alunos não se empenham o suficiente e também são obrigados a trabalhar desde tenra idade para ajudar a família.

Face a estas constatações recomenda-se atender aos problemas levantados de maneira sistemática e persistente por parte de todos os intervenientes. Acções na área do currículo, da formação dos professores, da gestão escolar, da ligação escola comunidade poderiam ajudar a melhorar a qualidade da educação nas escolas do país.

V. *Recomendações*

A iniciativa do CESC e MEPT revela que a sociedade civil tem um papel muito importante na gestão e no acompanhamento da qualidade do processo de ensino e aprendizagem. As ONGs e OSC jogam um papel muito importante para um maior envolvimento da comunidade na escola. O uso da ferramenta de pontuação comunitária pode facilitar a intervenção da sociedade civil na identificação dos principais problemas que afectam as escolas e na procura de soluções conjuntas. Assim é importante que estas organizações se fortaleçam e fortaleçam o seu trabalho junto às comunidades. São importantes as campanhas realizadas por estas organizações no sentido de garantir maior participação de todos nos processos de ensino nas escolas e, em particular das meninas e mulheres.

A nível das Organizações da Sociedade Civil

As Organizações da Sociedade Civil deveriam acompanhar a aplicação do Regulamento Geral das Escolas do Ensino Básico, sobretudo no que respeita à gestão das escolas e em particular ao funcionamento dos Conselhos de Escola. Poderiam igualmente promover mais intercâmbios para a troca de experiências e disseminação de boas práticas de gestão escolar entre os CE. Ao mesmo tempo deveriam pressionar o Sector da Educação a fazer cumprir os regulamentos escolares e aplicar as normas para garantir que os direitos dos professores sejam cumpridos.

É importante sensibilizar os pais e a comunidade escolar sobre a importância da escola e o seu papel no desenvolvimento da comunidade para assegurar que os alunos frequentem o ensino primário a partir dos 6 anos, não faltem às aulas, e não desistam da escola.

A nível do sector da Educação

O Ministério da Educação deveria melhorar a comunicação com todos os intervenientes no processo de ensino, desenvolver e implementar um programa integrado de formação e capacitação dos professores primários com o envolvimento dos Institutos de Formação de Professores nas províncias com enfoque para o atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais.

O Ministério da Educação deve garantir materiais escolares em quantidade e qualidade para os alunos; (a qualidade dos livros escolares em termos de capa e o papel de que são feitos é muito fraca e faz com que os livros de reposição se estraguem rapidamente nas mãos dos alunos).

É importante assegurar que o ensino Bilingue seja expandido a um número cada vez maior de escolas de modo que mais alunos possam ter a possibilidade de usufruir desta modalidade de ensino.

É necessário assegurar que o Currículo local seja implementado nas escolas de modo a promover o conhecimento local. Para o efeito, os professores deveriam ser apoiados com formação e materiais para este fim.

As autoridades provinciais e distritais devem promover uma supervisão pedagógica e financeira às escolas de maneira regular, para assegurar o cumprimento dos programas de ensino inscritos no currículo do Ensino Básico, das normas vigentes no Regulamento Geral das Escolas do Ensino Básico, regulamento de implementação do ADE e noutros dispositivos legais importantes para o funcionamento das escolas primárias.

É importante que os direitos dos professores sejam cumpridos pelo sector da Educação, de forma a evitar que estes transfiram os seus problemas para os alunos, não se aplicando no processo de ensino.

É importante localizar as escolas próximo aos locais onde se encontra a população. Os professores devem estabelecer residência próximo às escolas para evitar atrasos e faltas às aulas.

As actividades político partidárias deveriam ser proibidas durante o horário laboral para permitir que os profissionais da Educação se envolvam plenamente no seu trabalho. O Sector da Educação deveria informar os gestores escolares neste sentido.

A nível das escolas

Os custos de implementação do currículo para as famílias são elevados. Os entrevistados queixaram-se que não têm fundos para adquirir material para as disciplinas de Desenho, Música e Ofícios. As escolas deveriam estudar as melhores formas de implementar o currículo sem agravar os custos para as famílias. O uso do ADE poderia ser uma alternativa.

As escolas devem promover junto dos alunos a conservação e uso adequado dos materiais de ensino, sobretudo dos livros.

É importante assegurar que as escolas sejam locais seguros para todos os alunos. A violência entre os alunos e de professores para alunos pode constituir-se num entrave para que alunas e alunos

frequentem a escola. O sector da Educação, em colaboração as organizações da sociedade civil devem trabalhar em conjunto para eliminar este problema.

As escolas devem garantir a implementação do regulamento Geral das Escolas do Ensino Básico, sobretudo no que respeita ao estabelecimento e funcionamento do Conselho de Escola para assegurar uma planificação participativa e a prestação regular de contas por parte da direcção da escola à comunidade. O Conselho de Escola deve ter uma participação equilibrada de género.

A idade escolar deveria ser respeitada e os alunos com idades muito acima do permitido no Ensino Primário deveriam ser orientados para estudar em cursos nocturnos não se misturando com crianças pequenas.

As escolas devem promover o acesso do público á informação relativa ao orçamento escolar e ao ADE, conforme rezam os regulamentos. Assim as escolas deveriam publicar para toda a comunidade a informação relativa aos recebimentos e às despesas realizadas pela escola incluindo o ADE. Igualmente deveriam manter registos dos materiais adquiridos com os fundos da Escola.

As escolas deveriam promover a educação para a higiene e assegurar jornadas de limpeza para garantir escolas saudáveis e limpas. As casas de banho das escolas deveriam ser lugares limpos onde a seja posta em prática a higiene que se ensina na sala de aulas.

As escolas poderiam desenvolver parcerias com outras instituições e ONGs para desenvolver programas de formação de adultos em cursos profissionais de modo a capacitar as pessoas para as actividades que elas achem interessantes. Estas actividades deveriam ser realizadas fora das horas normais de funcionamento da escola. Para este efeito as escolas poderiam trabalhar com a comunidade local para programarem estas actividades.

VI. Referências

- a. Ação Educativa; UNICEF, UNDP; *Indicadores da Qualidade na Educação*. São Paulo: Ação Educativa, 2004
- b. BR, N°20 1ª série (2008), 14 de Maio: *Regulamento do Ensino Básico*; Diploma Ministerial 46/08, Maputo, Moçambique
- c. BR, N°19 1ª série (1992). Lei 6/92 de 6 de Maio: Sistema Nacional de Educação, Maputo, Moçambique, Imprensa Nacional.
- d. *Constituição da República de Moçambique*, Maputo, Moçambique 2004;
- e. BR n° 46/2008, 1ª série (2008); Regulamento Geral das Escolas do Ensino Primário
- f. LOBO, Manuel e NHEZE, Ismael Cassamo. *Qualidade de Ensino no Ensino Primário*, MEPT, 2007;
- g. LOCKEED, M.E, VERSPOOR and ASSOCIATES. *Improving primary education in developing countries*, World Bank, 1991
- h. Manual de Procedimentos do Programa do ADE; 14ª Fase; Ministério da Educação, Novembro de 2010;
- i. MEC, *Estatísticas do Ministério da Educação e Cultura*, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008;
- j. MEC. *Plano Estratégico da Educação e Cultura*, MEC, Maputo, 2006;
- k. MEC. *Plano Curricular do Ensino Básico*, INDE, Maputo, 2003;
- l. MEC. *Programa do Ensino Básico 3º ciclo*, INDE Maputo, Moçambique, 2003;
- m. MINED, *Manual de Procedimentos do Programa do ADE*, Maputo.2010.
- n. MORAN, José Manuel. *Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica*. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/qual.htm>,
- o. SACRISTAN, José Gemeno e GOMEZ, Perez, *Compreender e Transformar o Ensino*, Perez Gomez. 4ª Edição, Porto Alegre, 2000;
- p. SACMEQ, *Policy Issues*; Number 2, September 2010. Disponível em: (www.sacmeq.org);

VII. Anexos

1. Proposta de quadro de Dimensões e Indicadores de avaliação da qualidade dos serviços da educação pela comunidade

DIMENSÃO - Ambiente Sócio - Cultural Educativo	PONTUAÇÃO 0-negativo, 1-médio, 2-bom
Acolhimento e solidariedade	
Respeito a diversidade	
Disciplina	
Respeito aos direitos da criança e do adolescente	
Organização de eventos e rituais culturais	
Média	
DIMENSÃO - Prática Pedagógica na Escola	
Proposta pedagógica conhecida por todos	
Planificação das aulas pelos professores	
Estratégias e recursos diversificados	
Incentivo à autonomia e ao trabalho em equipa	
Prática pedagógica inclusiva	
Média	
DIMENSÃO - Avaliação da aprendizagem dos alunos	
Monitoramento do processo de aprendizagem dos alunos	
Mecanismos de avaliação dos alunos	
Participação dos alunos na avaliação da aprendizagem	
Avaliação do trabalho dos profissionais da escola	
Acesso, compreensão e uso das estatísticas oficiais	
Média	
DIMENSÃO – Gestão Escolar	
Informação democratizada	
Estruturas Escolares Actuantes	
Participação efectiva da comunidade	
Parcerias Locais e relações da escola com os serviços públicos	
Tratamento dos conflitos no dia-a-dia	
Média	

DIMENSÃO - Formação e Condições de Trabalho dos Profissionais da Escola	
Grau de satisfação com as condições de trabalho	
Formação contínua dos professores	
Suficiência da equipa escolar	
Assiduidade da equipa escolar	
Estabilidade da equipa escolar	
Média	
DIMENSÃO - Ambiente Físico da Escola	
Disponibilidade de materiais escolares	
Existência de casas de banho suficientes	
Existência de água na escola	
Existência de carteiras para os alunos	
Existência de vedação e pátio escolar	
Segurança na escola	
Média	
DIMENSÃO - Acesso, permanência e sucesso	
Assiduidade dos alunos	
Abandono e desistência	
Atenção aos alunos com dificuldades de aprendizagem	
Atenção às necessidades educativas da comunidade	
Média	

2. Quadro de entrevistas e escolas visitadas

Província de Gaza

Distrito de Xai-Xai

Escola	Entrevistas individuais		Total entrevistas em grupos focais / 10 pessoas por grupo	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
EPC 24 de Julho	7	5	17	23
EPC Patrice Lumumba	7	5	24	16
Total	14	10	41	39

Distrito de Manjacaze

Escola	Entrevistas individuais		Total entrevistas em grupos focais / 10 pessoas por grupo	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
EPC Maguiguana	8	4	24	16
EPC Mussengue	8	3	18	22
Total	16	7	42	38

Distrito de Chibuto

Escola	Entrevistas individuais		Total entrevistas em grupos focais / 10 pessoas por grupo	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
EPC Gungunhane5	5	1	15	9
Total	5	1	15	9

Província da Zambézia

Distrito de Alto Muloqué

Escola	Entrevistas individuais		Total entrevistas em grupos focais / 10 pessoas por grupo	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
EPC Pista Velha	8	4	16	19
EPC Nipaia	11	2	15	11
Total	19	6	31	30

Distrito de Milange

Escola	Entrevistas individuais		Total entrevistas em grupos focais / 10 pessoas por grupo	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
EPC Paquete Caombe	7	6	16	17
EPC Milange Sede	11	4	15	12
Total	18	10	31	29

Província de Cabo Delgado

Cidade de Pemba

Escola	Entrevistas individuais		Total entrevistas em grupos focais / 10 pessoas por grupo	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
EPC Natite	8	4	19	17
EPC de Muxara	8	3	15	16
Total	16	7	34	33

Distrito de Ancuabe

Escola	Entrevistas individuais		Total entrevistas em grupos focais / 10 pessoas por grupo	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
EPC de Ancuabe Sede	9	1	19	17
EPC de Nanjua	11	2	18	9
Total	20	3	37	26

3. Lista dos professores por tipo de formação

Nível	Qualificação	EPC Nipaia - A. Muloqué			EPC Milange Sede			EPC - Caombe-Paquete			EPC Nanjua - Ancuabe			EPC Muxara - Pemba			EPC Natite - Pemba			EPC Maguigwana Manjacaze			EPC 24 Julho - Xai Xai			EPC P. Lumumba - Xai Xai			Total		
		H	M	H	H	M	H	H	M	H	H	M	H	H	M	H	H	M	H	H	M	H	H	M	H	H	M	H			
EP 2	Magistério Primário				8	6	14				1		1																9	6	15
	EHPP															1			1										1	0	1
	CFPP 6 ^a +1													1		1	5	3	8										6	3	9
	CFPP 6 ^a +3										2	4	6	1		1	1	1	12	1	7	8							5	2	27
	6 ^a +2 / 8 ^a +2																												0	0	0
	9 ^a +2																												0	0	0
	9 ^a +3 (IMP)	1		1													5	7	12										6	7	13
	IMAP	2	3	5				2	2	4	1	2	3							2	1	3	5	4	9	6	8	14	1	2	38
	UEM/CFP 5 ^a /6 ^a																												0	0	0
	UEM/CFP 7 ^a /9 ^a																												0	0	0
	UEM/CFP 10 ^a /11 ^a										1		1																1	0	1
	INEF																												0	0	0
	UP-Bacharel										1		1				1		1							1	1	2	3	1	4
	UP-Licenciado																									1	1		0	1	1
Outros	4		4	3	1	4	1		1	2	2	4													1	1		1	4	14	
Estrangeiro																												0	0	0	

